

ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2017

Aos 08 dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezassete pelas nove horas e trinta e cinco minutos no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 4ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Maria Luísa da Cunha Ribeiro.

A - PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista:

Ana Maria Sousa de Lima Borges, António Toledo Alves, Artur da Câmara Machado, Carlos Jorge Belerique Ormonde, Hélio Manuel Melo Vieira, Isabel Maria Diniz Berbereia, João Carlos Castro Tavares, João Luís Sanchez dos Santos, José Eduardo Vieira Pimentel, José Fraga Ferreira Machado, José Machado Ferreira dos Santos, Luís Leonel Teixeira Salvador, Maria Luísa da Cunha Ribeiro, Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Rogério Paulo Nogueira e Sousa, Rui Manuel Pacheco Lopes, Sandra Silva Mendes, Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Grupo de Cidadãos das Cinco Ribeiras:

José Cipriano de Sousa Martins.

Grupo Municipal do Partido Social democrata:

Elsa Maria Costa Silva Carvalho Costa, Francisco José Lopes Câmara, Francisco Manuel Leonardo dos Santos, Honorato Bettencourt Lourenço, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa, Manuel Conde Bettencourt, Péricles Pereira Ortins, Rita Olaio de Mendonça Andrade, Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP:

António Félix Flores Rodrigues, Maria da Graça Amaral da Silveira, Mário José Correia da Silva, Michele Soveta Aguiar.

Câmara Municipal:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Catarina Cristina Ribeiro da Rocha Gonçalves Silva Matias, Fernando Francisco de Paiva Dias, Guido de Luna da Silva Teles, José Gaspar Rosa de Lima, Nuno Alberto Lopes Melo Alves, Raquel Gomes Caetano Ferreira.

Posta à discussão sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da sessão de 16 de junho de 2017 foi aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente e colocou-o à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar:

- **Dois ofícios da Assembleia Legislativa Regional.**
- **Um voto de saudação pelo centenário da Delegação de Angra do Heroísmo da Cruz Vermelha Portuguesa.**
- **Um voto de congratulação pelos 525 anos do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.**

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se registaram intervenções por parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. presidente da Câmara – Bom dia senhor presidente, senhores membros da Assembleia, senhores vereadores. Por ser esta a última sessão ordinária desta Assembleia neste mandato, sinto-me na obrigação de manifestar o meu agradecimento aos elementos de todos os partidos que, ao longo destes quatro anos, participaram nos trabalhos da Câmara Municipal. Todos os colaboradores, mesmo aqueles que apenas participaram ocasionalmente, fizeram-no sempre com grande elevação e sentido de serviço dignificando o nosso concelho.

Durante estes quatro anos conseguimos uma sã convivência democrática em que cada um expressou as suas opiniões, votou no sentido que considerou mais justo e adequado e sempre imperou um enorme respeito e amizade entre todos, independentemente do partido a que pertencemos. Fica aqui o meu testemunho e agradecimento a todos os que participaram como vereadores neste mandato autárquico.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Muito bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhoras e senhores deputados, senhor presidente da Câmara e restante vereação. O senhor presidente da Câmara começou bem, ao fazer este agradecimento e reparo em relação aos partidos da oposição, e eu queria fazer o mesmo em relação à Assembleia municipal porque estamos cá todos com o objetivo de servir o nosso concelho, cada um à sua maneira e de acordo com as suas convicções, mesmo quando por vezes nos aborrecemos uns com os outros na defesa daquilo em que acreditamos. Não vem mal nenhum ao mundo se os debates se acenderem um pouco desde que tenhamos a consciência que pretendemos apenas servir da melhor maneira e de acordo com as nossas convicções, a população que nos elegeu.

Não quero deixar de fazer um balanço nesta que é a última reunião da Assembleia Municipal deste mandato. Se é justo dizer que, no início do mandato deste elenco camarário, se notou algum cuidado e novo dinamismo na forma de cuidar, gerir os destinos do concelho e reorganizar as funções camarárias na gestão do bem comum, mais tarde o executivo optou por culpar a falta de operacionalidade dos fundos comunitários. Depois constatou-se, vinda já de outros executivos, a falta de capacidade de pôr em marcha e concretizar os investimentos estruturantes de alavancagem da economia do concelho.

Relembro que, aquilo que foi feito e também algumas coisas ainda não concretizadas neste mandato - porque ainda não se conseguiu concluir nem pôr em funcionamento ao menos a escola de Santa Bárbara - foram investimentos e projetos que vinham dos executivos anteriores.

O investimento camarário e os destinos do concelho não podem andar ao sabor dos fundos comunitários nem depender da sua origem. Uma câmara municipal deve saber o que quer e investir de acordo com as suas necessidades sem se preocupar onde e quando buscar o dinheiro europeu para fazer obra, caso contrário, andamos ao sabor dos euros em vez de se optar por

outras políticas mais adequadas na busca de um conjunto de objetivos que nos tragam riqueza e emprego. Esta maneira de pensar mostra claramente que o PSD se demarca e diverge da forma como a Câmara de Angra tem sido governada nos últimos tempos.

Não falando sequer de navios de cruzeiro, relembro que continuamos sem uma ampliação e uma rampa no Porto das Pipas que permita a operação de navios ferry para que se concretize a ligação do concelho de Angra do Heroísmo à Calheta em S. Jorge e à ilha Graciosa. Na Calheta já lá está o *outdoor* e as cercas - certamente por estarmos em vésperas de eleições - a anunciar o início da construção da rampa *ro-ro*. Nas minhas funções de deputado regional fui ao local ver se havia obra mas não há; estão lá as cercas e o *outdoor*, um método de trabalhar e de fazer propaganda que nós também já cá conhecemos.

Não vemos arrancar a obra da baía do Fanal, continuam sem fim à vista os problemas urbanísticos das grandes ruínas do concelho e continuamos sem conhecer - por não se discutir aqui - a fundamentação técnica que levou a alterações do trânsito no nosso concelho e de um modo muito particular no nosso centro histórico. Já arrancou a obra do Centro Interpretativo que é certamente importante mas não vai alavancar o tecido económico do concelho que é aquilo que mais precisávamos.

Se pegarmos no conjunto de propostas daquele jornal bastante extenso cheio de compromissos que serviu de base à candidatura e ao programa do mandato deste executivo camarário, os investimentos estruturantes comprometidos, verificamos que ficámos muito aquém do que era suposto. O senhor presidente da Câmara na altura candidatou-se com o lema «Angra mais forte» e agora recandidata-se dizendo que «Angra está mais forte». Tenho que lhe perguntar quem é que engordou porque Angra não está mais forte.

O que está a correr melhor não deriva do trabalho nem do investimento camarário; tem a ver com o aumento do turismo resultante da liberalização do mercado aéreo, da vinda das empresas de baixo custo e da redução do tarifário das passagens aéreas que essas companhias também provocaram nas companhias de bandeira. Os investimentos que vão aparecendo por aí na área do turismo, da hotelaria, das *rent-a-car's* e até de alguma reabilitação urbana, estão ligados ao *boom* e ao crescimento turístico e não têm a ver com o trabalho camarário.

Acho que tudo isto nos deve fazer refletir no rumo e na linha condutora que pretendemos para o destino do nosso concelho, da sua população, da sua economia, da sua sociedade e dos seus problemas de pobreza estruturantes e sociais que são cada vez mais graves. Temos que refletir na qualidade do pouco emprego que se foi criando, no tipo de contratos que existem, nas habilitações das pessoas e no tipo de remuneração que conseguem auferir para percebermos se é, de facto, isso que pretendemos. Julgo que continuamos muito aquém e temos que ser mais ambiciosos.

A reboque do turismo, vemos também uma questão já aqui abordada por mim e que muito me preocupa. Vemos o frágil tecido económico do concelho a ser invadido por empresas externas e não vou ter cuidado com as palavras. Vemos empresas bastante fortes da ilha de S. Miguel a virem com força para o nosso concelho, algo que poderá ser positivo se for visto como investimento externo ou poderá trazer consequências nefastas caso venha a revelar-se um esmagamento do tecido económico do concelho, o que também está a acontecer. Estas empresas são sócias da ATA (Associação de Turismo dos Açores) que recebe muito dinheiro do orçamento regional.

A coberto dos investimentos e do apoio da ATA temos grandes empresas de S. Miguel a competirem de forma desleal, retirando espaço ao tecido económico e às empresas da Terceira. É claro que vão criar postos de trabalho, é claro que os terceirenses vão encontrar emprego e providenciar sustento às suas famílias nessas empresas, o que não é necessariamente mau mas, mais uma vez, a força, o poder de decisão e a estratégia passarão por interesses exteriores ao concelho e à ilha, algo com que nos devemos preocupar.

Terá que haver algum cuidado no que respeita ao poder de regulamentação e fiscalização como a autarquia tem, com vista a zelar por aquilo que é nosso. Quem perde a capacidade de decidir sobre aquilo que é seu, perde também o poder. Quando entendemos que se deve levantar Angra, é um bocadinho por aí. Isto não significa que peguemos pelas mãos das pessoas e as ponhamos de pé mas devemos criar condições para que se levantem sozinhas e tenham a capacidade de cuidar de si próprias. Não devemos deixar que os de fora condicionem a nossa vida e as nossas decisões... de fora, de fora da ilha!

Se o nosso mercado turístico, que está em crescimento, for dominado por operadores turísticos de outras ilhas ou de outras paragens, poderá haver outros interesses de acordo com o lucro das empresas - que é para isso que elas servem - que não, por exemplo, os de promoção e de uma identidade própria do turismo que se pretende para o concelho de Angra.

O turismo natureza é um sucesso, sendo certo que a questão da segurança ou da insegurança nalguns destinos turísticos mais procurados nos tem ajudado a crescer. O concelho de Angra tem uma identidade muito própria que não está de todo a ser promovida pelo turismo regional nem assegurada por esta autarquia, algo que devemos ser capazes de fazer.

A avaliação que faço a este mandato é que, até teve um começo agradável de ver apesar de um pouco desconfortável na ótica de quem tem que fazer oposição. Muitas das decisões que pareciam vir a ser tomadas não eram socialistas nem de esquerda, até porque todos sabemos que o presidente da Câmara não é um socialista. Depois entrámos no mesmo, numa agenda e numa gestão de expediente diário como poderemos ver pelo balanço da atividade municipal que debateremos a seguir. É o expediente camarário, a gestão do dia-a-dia.

Faltou a ambição de querer fazer algo de novo. Vou dar outro exemplo que muito tenho criticado aqui na Assembleia Municipal que é a política de geminações do concelho. Cada vez somos concelho irmão de um maior número de paragens por esse muito afora mas não se conhece aqui nenhum investimento estruturante de empresários dessas paragens, nem vemos em nenhum desses locais, algum investimento feito por empresários de cá.

Se atendermos apenas ao social vamos ter bons lares de idosos e um apoio domiciliário fantástico. Se não atendermos à economia, os nossos jovens vão-se embora e não ficará cá ninguém para cuidar dos velhos. Devemos passar a uma nova abordagem, a um novo cuidado. É este o balanço que fazemos. Parecia que ia começar bem mas acabámos com mais do mesmo.

Sr. d. m. João Santos – Bom dia senhor presidente e Mesa da Assembleia, senhor presidente da Câmara e executivo camarário, caros colegas deputados municipais de todas as bancadas. Como estamos em jeito de despedidas e de balanços, caberá também ao PS dizer algumas coisas.

Foi com imenso orgulho que este grupo municipal esteve nesta posição, suportando este executivo camarário, nem sempre concordando, mais vezes concordando do que discordando, outras fazendo alguns alertas. Mesmo discordando, teve sempre presente que o faria a bem do concelho e dos que nele residem. Até nas críticas nos sentimos muito confortáveis porque a Câmara sempre as encarou com elevação democrática porque a vida democrática é mesmo assim.

A intervenção do senhor deputado Luís Rendeiro foi de algum modo confusa ao criticar o senhor presidente da Câmara como não sendo um homem de esquerda. Ora, como também não são um partido de esquerda, então deveriam estar de acordo com as suas políticas e com a sua forma de agir.

Decerto o senhor deputado Luís Rendeiro terá ouvido a magnífica intervenção de ontem do camarada Pizarro, candidato à Câmara Municipal do Porto que, apesar de ser do Partido Socialista, acabou por afirmar que o sucesso deste mandato se deve aos vereadores. Também aqui o senhor deputado tentou desviar os sucessos desta Câmara - que acabou por reconhecer

como sendo muitos e variados - mas aquilo que correu bem é da responsabilidade de todos e não apenas do presidente da Câmara.

Não vou fazer balanços mais ou menos enviesados; vamos deixá-los para o dia 1 de outubro quando, certamente, o trabalho da Câmara se descortinará muito mais a pormenor e com factos muito mais relevantes do que os dinheiros comunitários e a forma como os mesmos foram geridos. No dia 1 de outubro à noite teremos um balanço muito mais fidedigno do que aquele que qualquer um de nós possa fazer aqui hoje.

Senhor presidente, foi com muito orgulho que nos sentámos aqui durante estes quatro anos. Depois do dia 1 de outubro, alguns de nós e outros que virão, continuaremos aqui sentados e em maior número a suportar este executivo camarário.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira – Bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e executivo, caros colegas deputados municipais. Não quero cair na tentação de uma intervenção em vésperas de eleição para não perdermos a credibilidade porque as pessoas estão fartas de campanhas eleitorais e de promessas que eventualmente acabarão por se desvanecer depois do dia 1 de outubro. Parece-me uma péssima estratégia chamar os resultados e a avaliação da nossa participação cívica para o dia das eleições porque é exatamente nestas alturas que toda a gente promete tudo e as coisas deixam de acontecer a partir do dia 1 de outubro. Querer ter razão com o peso dos votos dos angrenses e depois tomar decisões contra a sua vontade, não é seguramente um comportamento democrático. Penso que o senhor deputado João Santos estava a dizer que devemos deixar o julgamento da vereação para o dia 1 de outubro.

Seria interessante utilizarmos os votos dos angrenses que acreditaram em nós para cumprirmos exatamente aquilo a que nos propomos. Nos últimos vinte anos de governação socialista temos visto medidas e propostas a saltar de eleição em eleição que acabam por nunca se concretizarem.

Sem querer fazer um levantamento exaustivo, há quanto tempo está prometida para Angra a rampa *ro-ro*? Ainda dizem que não adianta fazê-la porque S. Jorge ainda não a tem, mas aquela ilha acabará por ter os seus portos equipados com rampas *ro-ro* antes da cidade de Angra do Heroísmo. É isto o que os senhores têm feito com a governação socialista.

Algumas das obras que não foram concretizadas são uma bênção porque, se o senhor presidente da Câmara tivesse por exemplo, levado a cabo o projeto da construção do mercado duque de Bragança no Bailão, Angra estaria seguramente pior servida porque a não concretização de maus projetos acaba por beneficiar os munícipes.

Uma das obras que arrancará em breve é o Centro Interpretativo de Angra do Heroísmo, uma proposta e uma batalha do CDS-PP que, finalmente, se vai concretizar. É desta forma que fazemos política com a apresentação das nossas propostas. Muitas vezes não temos os votos da maioria para a concretização dos nossos projetos mas, com alguma perseverança, vão mudando os executivos socialistas e alguns acabam por reconhecer mais cedo ou mais tarde que as propostas do CDS tinham mais-valias.

Nestes últimos quatro anos tive a oportunidade de ver uma mudança de atitude da bancada socialista em relação à polícia municipal, uma proposta de longa data do CDS-PP sempre aqui chumbada. Nestes últimos quatro anos e por diversas vezes, acabaram por cair na tentação de reconhecer que a existência de uma polícia municipal evitaria muitas das situações que têm vindo a acontecer em Angra.

Como todos sabem, não me recandidatarei à Assembleia Municipal e, em jeito de despedida, devo dizer que esta experiência enquanto deputada municipal foi muitíssimo interessante. Desta vez, para não ficar só a votar e a viabilizar ou inviabilizar as propostas do executivo, pretendo ter a oportunidade de executar as minhas próprias propostas.

Aos que ficam e aos que vão, gostaria de dizer que foi um prazer trabalhar com todos. Passei a valorizar muito mais o trabalho de muitas das juntas de freguesia, sabendo o quão difícil é levar a cabo certas missões, porque o orçamento não acompanhou esse aumento de obrigações e responsabilidades transferidas para as juntas que, num espírito de missão, muito têm feito pelas suas freguesias. Estou à vontade para dizer isto porque o CDS-PP ainda não tem nenhuma junta no concelho de Angra. Este reconhecimento vai para todos os presidentes de junta, independentemente da sua cor partidária.

Como ainda estou em modo de exercício das minhas funções, gostaria de colocar algumas questões ao executivo neste período de Antes da Ordem do Dia. Em frente àquela pizzaria do Constantino que nós chamamos de «Italiano» em S. Bartolomeu, havia um contentor grande de lixo que a determinada altura desapareceu. Foi feita uma queixa e, segundo parece, a Câmara respondeu alegando que o dito contentor não fazia falta ali visto que mais ninguém reclamou. Isto parece-me inadmissível e significa que, se mais ninguém reclamar, posso prevaricar à vontade em Angra.

Sem querer cair na tentação de dizer que tudo se deve à véspera das eleições, a verdade é que Angra está em obras em todo o lado. Estamos a cinco dias do início das aulas, a Ladeira de S. Bento está um caos, por isso pergunto ao senhor presidente se a situação ficará resolvida quando os meninos começarem a ir para a escola daqui a dias.

Sr. presidente da Câmara – A mudança do contentor em S. Bartolomeu teve a ver com uma obra e com o desejo de quem mora em frente, ter o contentor cerca de vinte metros acima, o que não é desgraça nenhuma e melhora a vida de todos. A obrigação dessa empresa é ter o seu próprio contentor porque se trata de uma atividade comercial e deveria inscrever-se como tal em vez de utilizar os contentores da via pública. Essa é uma questão entre o proprietário e os Serviços Municipalizados que será devidamente resolvida.

Aquele e outros contentores que se encontram na via pública não se destinam à atividade comercial e sim aos residentes daquela zona, e foi a pedido deles que houve uma mudança. No sítio onde se encontrava o contentor foi feito um novo muro e construída uma nova casa e os contentores estão mais acima. Quando a pizzaria quiser um privativo, apenas terá que o dizer.

No que respeita à Ladeira de S. Bento, a rotunda está a ser arranjada e não creio que isso tenha nada a ver com qualquer período a não ser um contrato que está a decorrer de asfaltamento de diversas zonas. A obra pertencente às Obras Públicas e apenas posso transmitir o que me foi dito num pedido de informação que fiz. Não temos qualquer poder de decisão sobre a matéria mas aparentemente o assunto estará resolvido hoje ao fim do dia.

Sra. d. m. Rita Andrade – Bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados e comunicação social que insiste em participar pouco nestes nossos debates.

Gostaria de questionar o senhor presidente a respeito da manutenção dos equipamentos infantis. Sei que a velocidade a que ocorre o vandalismo é mais rápida do que o ritmo e a capacidade de reparação dos funcionários da Câmara mas poderá haver aqui um problema de isolamento dos equipamentos. Digo isto porque sou mãe, frequento o jardim público regularmente e deixo os meus filhos circularem livremente por se tratar de um local seguro. A semana passada quando cheguei ao parque eles já estavam em cima daquele equipamento semelhante a um barco que se encontra muito danificado, isolado apenas com uma daquelas fitas semelhantes às utilizadas pela polícia que não impede o acesso das crianças, e um dos meus filhos poderia ter-se magoado. Pede-se apenas algum cuidado no sentido de evitar que as crianças tenham acesso àquele equipamento e que a sua reparação seja mais célere.

Sei que, em algumas situações, há mais de duas semanas não é feita recolha de «monstros». Peço ao senhor presidente que nos explique o que está a acontecer e nos faça também um ponto

da situação a respeito do problema da variante de S. Carlos cuja resolução se arrasta há muitos, muitos anos. No próximo dia 1 de outubro termina mais um mandato camarário e o problema continua sem solução à vista.

Sr. presidente da Câmara – Temos tido, de facto, alguns problemas de vandalismo nos últimos meses, não apenas nos equipamentos infantis, mas em jardins, iluminação pública, sinalização, etc., um fenómeno que infelizmente cresce sempre no verão e tende a acalmar na altura do início das aulas devido ao regresso de algumas ocupações. Lembro o caso do jardim dos Côrte-real e do Relvão em que houve danos graves em equipamento municipal.

Um pouco por todo o concelho acontecem situações que a Câmara e os seus trabalhadores tentam resolver o mais rapidamente possível. A senhora vereadora tem a seu cargo a matéria respeitante ao equipamento do jardim público para que a normalidade seja reposta rapidamente. Nesse equipamento e nos outros em que há vandalismo, há sempre uma inspeção em que se retiram as partes perigosas. O brinquedo não fica bonito mas não está perigoso porque se retirou o que estava solto até que se substituam as ripas que foram partidas. Infelizmente esta é uma daquelas situações recorrentes que passam por nós todos os anos. A infeliz realidade é que o vandalismo consome muito dinheiro na ordem de algumas centenas de milhares de euros a cada ano.

Não conheço nenhuma situação de anomalia que esteja a acontecer a respeito dos «monstros». O sistema foi alterado no início deste verão com a entrada em funcionamento do centro de recolha lá em cima à entrada do aterro. No sentido de se evitar que as pessoas coloquem os «monstros» em matas, ribeiras e noutros sítios, foi criado um conjunto de baias específicas que são de acesso livre, ou seja, não é necessário qualquer controlo ou dizer nada a ninguém e qualquer pessoa pode lá despejar as coisas que entender. Tem funcionado relativamente bem; a recolha tem sido grande e reduziu-se o abandono de resíduos que tradicionalmente era feito naquelas canadas em torno do próprio aterro, em que as pessoas chegavam lá e despejavam tudo no chão; agora têm vindo progressivamente a aderir à baia que lá está.

Quanto a questões de recolha, perguntarei aos Serviços Municipalizados se aconteceu qualquer coisa fora do normal porque, ao meu conhecimento não chegou a informação de nenhuma anomalia.

Quanto à questão da variante de S. Carlos, só posso dar-lhe razão porque esta é uma daquelas situações irritantes que temos neste concelho. Como a senhora deputada sabe, o então, Secretário Regional veio cá e a obra iria começar dali a algumas semanas. Entretanto a situação acabou em tribunal numa disputa de aquisição de terrenos e as coisas têm-se vindo a arrastar inaceitavelmente. O que posso é manifestar a minha solidariedade para com a sua posição e dizer-lhe que, se alguém está aborrecido e verdadeiramente zangado com tudo isto, sou eu também.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira – Senhor presidente, pelo que percebi da sua resposta a respeito do contentor - que lhe garanto não se encontrar lá porque é exatamente ao lado da minha casa - se, de hoje para amanhã, eu resolver construir uma casa num determinado lugar onde exista um contentor de lixo, posso desviá-lo vinte metros mais abaixo ou mais acima caso não me agrade vê-lo ali. Foi, de resto, o que aconteceu com a obra desta casa.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 4 de junho a 25 de agosto de 2017, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara.

Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Estamos em período de verão e esta informação é, em boa parte, marcada por essa mesma realidade. Seguindo a tradição de se apresentar estas questões pela ordem das atividades municipais, no que respeita a eventos e outros, tivemos um dos verões com mais atividade, o que correspondeu também a uma maior visitação e intensidade de animação que foi preciso fazer-se para responder ao enorme crescimento do turismo que entretanto se verificou. O verão decorreu com grande normalidade e todos os eventos do município foram realizados sem quaisquer problemas revelando-se um enorme sucesso nessa matéria.

Uma atividade municipal que tradicionalmente decorre nesta altura do ano é um passeio feito com os mais idosos e este ano foi-se à Graciosa. Numa das direções apanhámos mar menos bom mas, felizmente, as consequências não foram demasiado graves.

No que toca aos investimentos municipais, neste momento estão em curso e dentro dos calendários previstos, as obras do Centro Interpretativo e do alargamento do jardim, a construção dos parques de estacionamento e a ligação entre o Fanal e o Relvão. Quanto à obra de proteção costeira do Fanal, foi enviado o último esclarecimento necessário ao Tribunal de Contas que tinha a ver com uma questão de natureza elétrica e estima-se o seu começo nas próximas semanas ou talvez nos próximos dias.

A obra da escola de Santa Bárbara está virtualmente acabada. Da parte da Direção Regional da Educação houve a opção de adiar a ocupação do edifício apenas em dezembro por alturas do Natal. Creio ter-se tratado de uma boa decisão porque evitou a mudança de equipamentos, a constituição de turmas, movimentação de funcionários e tudo mais nesta semana de véspera de aulas demasiado em cima do ano letivo. Os senhores vereadores já visitaram o edifício e se os senhores membros da Assembleia o quiserem fazer, ele está pronto e recomenda-se. As obras referentes a outras pequenas intervenções estão também a decorrer com toda a normalidade e nada há a assinalar.

O ano está também a decorrer bem no que respeita às questões de natureza financeira e existe uma maior disponibilidade de fundos. Há pouco não quis estar a responder ao senhor deputado Luís Rendeiro e, embora esta seja uma resposta indireta, a verdade é que no município, tal como na nossa vida, os investimentos devem ser feitos de acordo com os recursos disponíveis. Se tivéssemos endividado a Câmara para fazer as obras que gostaríamos que não têm financiamento, estaríamos agora a ouvir dizer que tínhamos desgraçado o futuro.

Uma das áreas em que Angra está verdadeiramente mais forte é na solidez financeira do seu município que mantém em aberto todas as decisões que se pretendam tomar. O próximo executivo municipal seja ele qual for, nunca poderá alegar impossibilidade de fazer isto ou aquilo porque a solidez financeira ficou comprometida por este executivo.

Em cada um destes quatro anos pagaram-se 1,6 milhões de euros, reduziu-se muito substancialmente a dívida e este município pode recorrer à banca até cerca 24 milhões de euros em empréstimos se assim for a vontade desta Assembleia. O nosso futuro está totalmente em aberto e não estamos a transitar quaisquer responsabilidades para mandatos vindouros. Por essa razão podemos afirmar com algum orgulho que investimos até ao último cêntimo todos os fundos comunitários que tínhamos do quadro anterior encerrado já por este executivo e, se não tivéssemos agido rapidamente, teríamos decerto desperdiçado um par de milhões de euros. Com esse dinheiro fomos capazes de fazer as obras no Porto Judeu e um conjunto de outras.

Executámos em 110% e fomos buscar alguma coisa à reserva de eficiência. Fomos extremamente bem sucedidos no fecho do quadro anterior e posso dizer-vos que o nosso município é o que, neste momento, tem mais obras aprovadas no atual quadro com cerca do

dobro do volume financeiro em relação a qualquer outro município da região. Gostaria que as coisas tivessem andado mais depressa, que tivesse sido possível abrir o quadro mais cedo, mas abriu quando o Governo pôde ou entendeu que devia. Como era nossa obrigação, agimos de imediato e fizemos as candidaturas que devíamos com total e absoluta eficiência. Creio ser esse o caminho a continuar a trilhar com o melhor aproveitamento dos recursos colocados à disposição do município sem nos endividarmos excessivamente.

Considero absolutamente legítimo que o município recorra ao endividamento para o investimento. Se esta Assembleia entender fazê-lo no próximo mandato, as condições estão criadas para que tal se faça com absoluta liberdade, algo que não acontecia há alguns anos. Estamos a chegar ao fim deste mandato com todos os caminhos abertos, algo que nos orgulha muito. Todos os vereadores desta Câmara unanimemente assim decidiram e todos nos orgulhamos deste património. A nossa câmara nunca esteve numa situação tão desafogada, o que nos permitirá dar resposta às oportunidades de investimento que forem surgindo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Não se trata de discutir endividamento em sentido abstrato. Há qualidade de dívida e dimensão da dívida. Se, em tempos, este município esteve afogado quer em quantidade, quer em qualidade de dívida que não serviu para alavancar o seu desenvolvimento, a obrigação da estabilidade e o cuidado financeiro das finanças do município é o mínimo que se pode exigir ao executivo camarário. Não julgue o senhor presidente que uma boa gestão é uma grande façanha porque é essa a sua obrigação.

O senhor presidente está satisfeito e acha bem que a escola de Santa Bárbara seja inaugurada apenas em dezembro. O facto da construção de uma escola que foi iniciada há cinco ou seis anos, não ficar pronta nesta legislatura, revela muito acerca da forma como se conduz o trabalho e as obras públicas neste concelho, como são elaborados os cadernos de encargos, como são feitas as fiscalizações e o que acontece com as empresas do concelho ganhadoras de concursos de obras públicas que não conseguem cumprir. Foram estas e outras situações que condicionaram a governação nas mais variadas áreas.

O que mais houve para aí em todo o lado foi o lançamento de obras públicas que não se concretizaram em que o normal é prometer, os investimentos só aparecem passados alguns anos e, quando se começa a construir, os problemas que vão surgindo no decurso das obras prolongam-nas por mais cinco, seis ou dez anos. Este tem sido outro traço da governação socialista; se os senhores acham bem, nós não concordamos.

Quanto aos equipamentos infantis, é óbvio que os pais têm que tomar conta das suas crianças, mas também não notam facilmente à primeira que o chão não existe nem esperam que a criança suba uma escada ou corra alegremente e acabe por cair num buraco. As falhas de madeira e os cabos de aço rebentados que podem magoar as crianças só são visíveis de perto quanto mexemos nas coisas. A supervisão, fiscalização e cuidado dos equipamentos públicos têm que ser mais acelerados.

Foi muito debatida ao longo deste mandato - também pelo deputado João Santos que concorda com algumas coisas mas discorda depois da outra parte - a questão da iluminação pública e da segurança.

Cada um de acordo com as suas áreas de competência, houve uma redução da iluminação pública por parte da autarquia e do Governo Regional para poupar dinheiro na conta da eletricidade, uma fatura muito pesada para os municípios e para as entidades públicas de um modo geral. Essa redução levou a um problema de segurança e a que, a coberto da noite, possam acontecer mais atos de vandalismo, mais crimes e aumente ainda mais a sensação de insegurança no concelho, quer no meio urbano quer no meio rural, desde aquele que circula a pé na berma de uma estrada correndo o risco de ser atropelado por não ser visto pelos automobilistas, até ao que se passa nas zonas onde há equipamentos infantis que são destruídos só por destruir e também pelo roubo do metal. As questões de iluminação pública, a sua relação

com a segurança e a criação de uma polícia municipal deverão ser absolutamente prioritárias no início do próximo mandato.

Há pouco, no período de Antes da Ordem do Dia, falámos de turismo. Terá que haver um cuidado grande com os nossos equipamentos turísticos, com as zonas de visita e com a qualificação das nossas infraestruturas, sejam miradouros, museus, zonas balneares ou o que quer que seja, para que não aconteça na Terceira aquilo que está a acontecer por exemplo em S. Miguel com a massificação do turismo. Temos que garantir a quem nos visita, um sítio limpo para estacionar com uma instalação sanitária nas devidas condições e sem o empecilho das obras como é o caso do Pico das Cruzinhas. Dirá o senhor presidente que aquilo estava em risco de ruir; pois é, mas o PSD pela voz do professor Manuel Conde, já tem vindo a alertar sobre esse risco há uns dois ou três anos e as obras só foram feitas agora.

Sr. presidente da Câmara – Não me chegou, mas pronto.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Talvez o senhor presidente não tenha estado presente em nenhuma das sessões da Assembleia Municipal em que o professor Manuel Conde fez essa crítica. Não ouviu porque não estava aqui, certamente! Há otorrinolaringologistas por aí. O senhor estava cá, está registado nas atas, é uma questão de o senhor as consultar. Está documentado e não pode dizer que não aconteceu.

Não tivemos aqui nenhum relato e consequência direta para a economia do concelho de uma das coisas mais importantes que aconteceu por aqui nas últimas décadas que foi a visita dos mais altos representantes de uma das superpotências mundiais que é o Estado chinês. Sabemos que isto tem a ver com questões de política internacional e na altura tive a oportunidade de dar os parabéns à Câmara Municipal e às entidades públicas que fizeram o serviço porque recebemos bem os senhores e transmitimos uma ótima imagem do concelho e da ilha. Pela atividade municipal, vi que o senhor presidente da Câmara foi a Jining, certamente pelos seus conhecimentos de mandarim, passe a brincadeira. Tivemos de facto, duas visitas muito importantes num curto espaço de tempo, fizemos a geminação de Angra com Jining, mas já cá temos restaurantes e lojas chinesas. O que mais? Seria importante um relatório de algum *feedback* destes acontecimentos.

Senhor presidente, todos os partidos desta Assembleia Municipal têm apoiado o processo de tratamento e valorização dos resíduos no nosso concelho. O senhor presidente já foi por diversas vezes questionado acerca da incineradora e de possíveis erros graves de projeto e de conceção que estão a levar a um número excessivo de paragens daquela central que poderão conduzir a uma má qualidade do tratamento dos resíduos.

De acordo com o boletim da atividade municipal, a incineradora teve 52 dias de paragem não programada, mas julgo que terão sido ainda mais. De todas as vezes que reunimos em Assembleia Municipal houve o relato de uma diferente avaria em qualquer uma das partes da central. Gostaria que o senhor presidente nos garantisse que aquela estrutura vai funcionar porque o processo de incineração e valorização de resíduos é polémico e envolve questões ambientais. Não há opções de tratamento de resíduos isentas de custos ambientais, esta foi a nossa, todos concordámos com ela e temos que garantir o seu funcionamento.

Algo está a preocupar todos os municípios possuidores de centros de valorização e processamento de resíduos que é o destino final do composto que contém um conjunto de contaminantes ambientais, nomeadamente metais pesados que o tornam impróprio para a agricultura. Quanto mais não seja por uma questão de PH, a qualidade do composto produzido em centros de processamento de resíduos não é o que precisamos para os nossos solos que precisam ser alcalinizados e não acidificados.

Senhor presidente, mantém-se o problema das grandes ruínas existentes no concelho e na cintura urbana de Angra do Heroísmo porque nenhuma se resolveu em quatro anos. O senhor

presidente certamente apontará para a residencial Cruzeiro mas é um projeto de interesse regional...

Sr. presidente da Câmara – Que está em curso. Aponto-lhe também aqui para o outro lado da rua que deve conhecer, aponto para o Centro Interpretativo...

Sr. d. m. Luís Rendeiro – E pode apontar também para o antigo hospital, para os Celeiros e para o edifício da ELA. Gostaria que o senhor presidente nos fizesse um ponto da situação, que não seja dizer que há interessados e depois as coisas não se concretizam.

Continuamos a insistir no mesmo quanto a zonas balneares demasiado grandes com áreas de solário demasiado extensas e impactos demasiado fortes na orla costeira e esta Câmara continua a falhar quanto ao estacionamento adequado nessas zonas. Relembro o estacionamento junto à Silveira que se arrasta desde o mandato anterior e neste não foi concretizado. Na altura o presidente da Câmara em exercício Cota Rodrigues, garantiu algo que se sabia de antemão que nunca iria funcionar, ou seja, que o estacionamento da universidade dos Açores em período de férias serviria a Silveira através de um acesso pedonal à via rápida. As pessoas entravam com o carro pelo Pico da Urze, estacionavam no parque da universidade, vinham a pé por um trilho - ficavam contentes porque faziam um trilho pedestre - e a seguir desciam a rampa da Circular até à Silveira; isto é no mínimo, ridículo.

Continuamos a ver as pessoas a estacionarem na berma da via rápida devido à falta de espaço na Silveira, a seguir vem a PSP e trata de as autuar a torto e a direito e bem, mas a Câmara não resolveu o problema de estacionamento numa das principais zonas balneares do perímetro urbano. Houve aqui quem propusesse como isto se resolvia mas os senhores chumbaram.

Sr. presidente da Câmara – Em resposta à questão sobre os equipamentos infantis, posso dizer-lhe que, a instrução que está, é que os mesmos são inspecionados todos os dias de manhã antes da chegada do público e as questões são assinaladas quando é possível resolver. No caso do que foi referido há pouco, já sei que chegaram as tábuas em falta e estarão a ser colocadas neste momento.

No que diz respeito ao turismo, ele está bem e recomenda-se. Quanto ao relacionamento com Jining, há pouco quando fiz a resenha das atividades municipais, esqueci de dizer que neste período tivemos a visita do vice-presidente da Câmara daquela cidade, do vereador encarregue dos assuntos económicos e da vereadora responsável pelas relações externas. Lembro que, Jining possui 8,5 milhões de habitantes e qualquer um daqueles vereadores acaba por ter um conjunto de funções que não são muito diferentes de qualquer um dos nossos ministros. Estiveram na nossa cidade, visitaram um conjunto de entidades e estruturas com interesse económico, o relacionamento tem vindo a correr bem e espero que os frutos também surjam. As empresas têm estado envolvidas nessa matéria, é uma questão de negociação entre as partes que não me cabe comunicar publicamente mas posso dizer que a visita da delegação de Jining foi extremamente produtiva e simpática e permitiu alargar e aprofundar um importante relacionamento estratégico.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Ficaram mais amigos.

Sr. presidente da Câmara – Muito mais amigos. Fiquei muito mais amigo e muito mais animado num relacionamento que, espero, seja útil ao concelho. Quem julga que as geminações significam apenas investimentos, nunca leu o objetivo, não percebe para que é servem, não percebe a história nem sabe nada. Está tudo disponível na internet, está lá o movimento, constam lá os objetivos. Um bocadinho de leitura de vez em quando costuma ser salutar para a alma e melhora bastante o espírito.

Respondendo agora às suas questões acerca da incineradora, no final do próximo mês de novembro a CVE atinge os primeiros dois anos de funcionamento e uma parte do equipamento será definitivamente entregue à TERAMB. Por causa disso foi resolvido fazer um conjunto de

substituições numa zona crítica da incineradora que tem a ver com a correia que recebe o material não queimado porque continuamos a ter uma taxa de separação particularmente de vidros, que não é a mais adequada e porque é frequente a existência de pedras numa boa parte dos resíduos que são retirados das bolsas antigas. Essas pedras e os resíduos de vidro não queimados estavam a cair sistematicamente no vão entre os bordos da correia separadora o que implicou uma mudança dessa mesma correia.

Lembro que a incineradora possui uma eficiência energética superior à que foi contratada e tem vindo a dar excelentes resultados no que diz respeito à queima e às emissões. Mesmo com resíduos molhados e em situações muito longe do ótimo, particularmente no inverno quando se usam grandes quantidades de resíduos trazidos das bolsas, temos conseguido respeitar os limites das emissões. As únicas violações que acontecem com alguma frequência têm a ver com monóxido de carbono e com a presença de grande quantidade de água que torna menos eficaz a incineração. O monóxido de carbono na nossa situação não apresenta qualquer risco ambiental e a incineradora, do ponto de vista técnico e de projeto, é bastante melhor do que aquilo que encomendámos.

As únicas avarias surgidas neste período têm a ver com esta correia. É óbvio que imputámos essa responsabilidade ao projetista, ele queixa-se que o excesso de vidros e de pedras é que tem causado avaria na correia, uma matéria que está a ser resolvida. De qualquer maneira foi feito um novo *design* do separador, que já se encontra a funcionar agora imune a esse problema, porque não tem espaços onde se possam alojar pedras ou bocados de garrafas. Do ponto de vista do seu desempenho, está para além dos valores mínimos contratualizados.

Temos uma excelente incineradora que está a funcionar bem naquilo que é importante, que é a eficiência energética e a queima, conseguimos tratar todos os resíduos desta ilha e das outras que os estão a enviar para cá e fomos pioneiros ao nível da região e do país no tratamento de todos os resíduos animais que lá são colocados. Esse tratamento apresenta particulares dificuldades, felizmente conseguiu-se resolver o assunto tecnologicamente, e neste momento temos um centro de processamento de resíduos animais que funciona muito bem.

Não temos problemas quanto ao composto produzido que tem sido facilmente colocado no mercado.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – E os metais pesados? Não existem?

Sr. presidente da Câmara – Não existem porque a maior parte do nosso composto é feito a partir de relva e ramos de árvores. Os metais pesados surgem quando os resíduos orgânicos domésticos são misturados no composto. Aqui está-se a fazer um composto de verdes porque os outros resíduos estão a ser incinerados. Esta é uma vantagem que temos em relação às ilhas mais pequenas que não possuem incineradora em que as empresas que operam os centros processamento de resíduos, para reduzirem os seus custos e evitar o envio de muito material, separam o material orgânico que não deveria ser compostado e estão a compostá-lo. A compostagem devia ser feita com os verdes e está a ser feita com restos de comida e de animais.

Os senhores deputados estão convidados a visitar no dia que entenderem e comprovar que o composto produzido pelo nosso centro de valorização orgânica é vegetal, de excelente qualidade e tem tido uma enorme saída. A mesma coisa tem acontecido em relação aos inertes, essencialmente vidro derretido e pedras que saem da incineradora; foram analisados, não têm qualquer problema, estão a ser vendidos como material de enchimento e usados em aterro pelas empresas de construção civil por apresentarem excelentes características de compactação.

Quanto às cinzas, que são legalmente consideradas material perigoso, a média das análises efetuadas ao longo destes meses mostra que não contém nada de perigoso. Isso implicará um novo licenciamento mas, em princípio, aquela massa de cinzas misturadas com cimento

também poderá ser utilizada como material de aterro, o que quer dizer que reduziremos ainda mais as entradas de resíduos perigosos, mas esta é uma matéria que ainda não está consolidada. Do ponto de vista do licenciamento, as cinzas não podem sair da instalação e tudo isto implicará uma demonstração à autoridade ambiental que o material contém concentrações de materiais pesados abaixo dos limites legais. Se o conseguirmos demonstrar, poderemos depois obter uma licença para utilizarmos aquele material em aterro, o que será vantajoso na exploração futura.

No que respeita às grandes ruínas, grande parte delas foi já resolvida, talvez exista uma surpresa em relação ao hospital mas veremos.

Tenho um grupo de pessoas que diz que as zonas balneares são pequenas, outros dizem que são grandes e provavelmente terão o tamanho certo.

O tamanho do estacionamento da Silveira não é uma questão municipal. Foi feito um projeto de estacionamento pelas Obras Públicas que possui todas as condições e permite um acesso direto das viaturas a partir da rotunda com um passeio para os peões ao longo da via sem a necessidade de trilhos nem nada disso. Existe um acesso pedonal à universidade feito com a sua consonância para evitar que o campus se transformasse numa via de atravessamento. A universidade não concordava com isso e com razão e o estacionamento foi feito assim. Esperemos que algum dia o façam e sejam um bocadinho mais lesto do que na resolução do problema de S. Carlos. Do ponto de vista do projeto, essa questão está bem resolvida e aguardamos que façam a obra.

Sr. d. m. Francisco Câmara – Muito bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados. Tenho aqui algumas questões para o senhor presidente da Câmara.

Começo por lamentar que o senhor tenha dito que as consequências da sua viagem eleitoral à Graciosa não foram assim tão más quando houve a necessidade de evacuar duas pessoas de avião, uma delas com a pleura perfurada e elevado risco de vida, o que implicou a vinda de urgência à Terceira de uma equipa do hospital de Santa Maria. Já agora, gostaria de saber se todos os municípios podem dispor dessa equipa de emergência numa situação futura de perfuração de pleura o que, espero, não volte a acontecer. É de lamentar que, numa situação tão grave em que, pelo menos duas pessoas ficaram em risco de vida, se diga que as consequências não foram mazinhas. É absolutamente lamentável esse tipo de linguagem.

Tem havido queixas recorrentes relativas ao mau cheiro na marina de Angra como aconteceu ontem ao fim da tarde. Por aquilo que me é dado a saber, a Portos dos Açores diz que a culpa é da Câmara que já foi notificada para resolver o problema na estação elevatória e que há uma fuga de esgotos para as águas da marina. Esta situação arrasta-se pelo menos há um mês e certamente será já do conhecimento da Câmara. Gostaria por isso de saber o que está a ser feito para resolver esse foco de poluição num sítio tão central e importante da nossa cidade quer do ponto de vista turístico, quer da nossa imagem.

Há também queixas recorrentes relativas à hora e à forma como são aplicados os herbicidas na cidade e redondezas. Há aqui a indicação de que os produtos estão a ser aplicados durante o dia ou muito cedo com pessoas ainda na rua. Relata-se que a semana passada havia ainda turistas na rua da Sé que estavam a ser enxotados para que os herbicidas fossem aplicados. Pergunto porque é que isto não pode ser feito fora de horas, a partir da meia-noite por exemplo, porque às 18, às 21 ou às 22 horas ainda há bastante gente na rua. Relataram-me que, há cerca de um mês na zona da rua José Silvestre Ribeiro, vinha um bando de turistas a fugir do senhor que aplicava o herbicida atrás deles. O herbicida deve ser aplicado a horas adequadas à utilização das vias.

Finalmente, senhor presidente da Câmara, o que se passa em relação ao fornecimento de água às bocas de incêndio em Angra? O que é que está aqui a falhar por parte dos Serviços Municipalizados para que as bocas não estejam a funcionar? No outro dia não funcionaram no incêndio da Memória.

Sr. presidente da Câmara – Não diga disparates porque o senhor não estava lá. Não diga disparates! Aliás, a sua especialidade é essa...

Sr. d. m. Francisco Câmara – O senhor faça o favor de me respeitar como o respeito a si. O respeito tem que ser mútuo e não admito esse tipo de linguagem a si, nem a ninguém! Peço que o senhor presidente da Assembleia registre este facto porque não admito ao senhor presidente da Câmara este tipo de linguagem! Nunca a tive consigo e não a admito a si nem a ninguém! Estamos entendidos?

Sr. presidente da Câmara – Muito bem entendidos. Super entendidos.

Sr. d. m. Francisco Câmara – Estamos entendidos. Muito obrigado.

Sr. d. m. Luís Rendeiro (para uma interpelação à Mesa) – Gostaria de fazer uma interpelação à Mesa com a licença do senhor presidente porque, de facto, não é a primeira nem a segunda que, por não gostar de críticas, comentários e opiniões, o senhor presidente da Câmara se exalta e insulta. Já tivemos esta conversa várias vezes; a última de que me recordo aconteceu na sessão da Assembleia realizada na vila de S. Sebastião a propósito de uma intervenção do deputado Pedro Ferreira - que hoje não está aqui presente - e na altura relatou uma queixa acerca de percursos do *minibus*. O senhor presidente dirigiu-se ao deputado municipal dizendo que ele teria obtido a informação junto do empregado que limpa as sanitas da empresa e hoje teve mais esta.

Isto não pode acontecer, senhor presidente da Assembleia. Quem quer ser respeitado tem que se dar ao respeito e nós não podemos admitir que um presidente da Câmara, sempre que contrariado, insulte os outros eleitos pela população. Estamos em fim de mandato a procurar ter algum cuidado no tom e nos adjetivos e, como líder da bancada do PSD, não podemos tolerar este tipo de comportamentos. É certo que todos erramos e nos deixamos levar pelos excessos - e por *mea culpa* também os tenho - mas está a haver aqui uma reincidência e o insulto e a falta de educação não se podem admitir nesta Assembleia.

Sr. d. m. João Santos (para uma interpelação à Mesa) – Senhor presidente, apenas para um esclarecimento porque gostaria de saber qual foi o insulto.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Ó João. Eh pá! Senhor presidente, solicito um intervalo de quinze minutos.

Sr. presidente da Mesa – Será concedido. Os trabalhos serão interrompidos por quinze minutos.

(Interrupção dos trabalhos por cerca de 15 minutos).

Sr. presidente da Mesa – Em resposta às questões levantadas anteriormente pelos senhores deputados Luís Rendeiro e João Santos, cabe-me dizer que é meu dever fazer com que a sessão decorra com a maior das normalidades mas, como sabem, o presidente da Assembleia não sabe o que as pessoas vão dizer antes de falarem. Ainda não possuo mecanismo que me permita adivinhar se vão dizer isto ou aquilo. Fica indiscutivelmente registado em ata, todavia há também que lembrar que, em qualquer parlamento, há sempre alturas em que nos excedemos. Eu excedi-me por várias vezes noutros fóruns que não aqui onde, eventualmente, terei tido alguma intervenção mais acalorada vinda mais do coração do que da razão. Não devendo acontecer, é certo que estas coisas acontecem e é preciso alguma calma.

Sr. presidente da Câmara – Excedi-me de facto nesta questão e não deveria ter usado desta virulência mas é um estilo que tenho e já me conhecem por isso. Não tive qualquer intenção de insultar pessoalmente quem quer que seja, muito menos o senhor deputado em questão, porque isto tem apenas a ver com um estilo de debate ao qual me habituei. Tenho um currículo de dezasseis anos de intervenções parlamentares, costumo usar esse estilo que é habitual no parlamento, e não quis colocar em causa o que quer que seja na pessoa do senhor deputado. Se sentiu que era assim, ficam aqui as minhas públicas desculpas porque não era isso que eu pretendia. Posso-vos garantir que, se alguém usar para comigo expressões dessa natureza, decerto as admitirei da mesma maneira porque já fui emissor e recetor de intervenções desse estilo que nada têm a ver com questões pessoais. Fica aqui a manifestação do meu máximo respeito pela pessoa em causa.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Pouco me resta dizer após esta intervenção do senhor presidente da Câmara. O intervalo que pedimos é habitual nos diversos tipos de assembleias para arrefecer os debates e é sempre bom um intervalinho para um café. Julgo que a situação está resolvida tendo em conta estas últimas declarações do senhor presidente da Câmara. O PSD nada mais tem a acrescentar e penso que podemos continuar os trabalhos. Muito obrigado.

Sr. presidente da Mesa – Muito obrigado aos senhores deputados e ao senhor presidente da Câmara por facilitarem a condução dos trabalhos.

Sr. presidente da Câmara – Gostaria de informar esta Assembleia que, naquele dia da ida à Graciosa, ficaram lá na ilha três senhoras que regressaram por via aérea. Uma das senhoras passou muito mal na viagem de ida e receava que o mesmo lhe acontecesse no regresso, o que felizmente não aconteceria porque o mar estava de feição. Uma outra teve um problema de descompensação de diabetes por não ter comido na hora certa e ficou em observação e a situação da outra senhora era mais grave devido a uma fratura nas costelas. Infelizmente, na Graciosa foi-lhe feito um diagnóstico mais benigno mas, por uma questão de prudência, achei que as três pessoas deveriam passar pelas urgências do hospital para serem novamente observadas antes de irem para casa. A senhora que sofria de diabetes ficou com a sua situação melhorada porque não estava a ser devidamente seguida ou tratada e acabou por receber uma atenção médica adequada. A condição da outra senhora veio a revelar-se um pouco mais grave.

Pelo que fui informado, a vinda da equipa médica é norma durante o verão por uma questão de indisponibilidade da equipa de cá devido a férias ou por outra razão qualquer. Da minha parte ou da parte da Câmara Municipal não houve qualquer intervenção ou recomendação para que a senhora tivesse um tratamento diferente de qualquer pessoa. Como disse o senhor deputado, espero que cada um de nós tenha sempre o tratamento adequado como o que a senhora teve, cabendo ao hospital decidir se se é operado por A, B ou C.

Informo-vos também que o seguro da Atlanticoline assumiu os eventuais encargos com esta situação por ter-se tratado de um acidente acontecido a bordo que está obviamente coberto pelo seguro.

Em resposta à situação do esgoto na marina, já se procedeu à verificação por duas ou três vezes e não foi encontrado qualquer derrame. Os maus cheiros acontecem periodicamente e estão relacionados com situações meteorológicas menos comuns e com o calor. Acontece que não deveria chegar esgoto séptico àquela estação, ou seja, o esgoto devia chegar ali num estado fresco sem grande produção de gases.

Nos dias em que as temperaturas são mais elevadas e em ramais em que o fluxo é relativamente lento, o tempo de permanência do esgoto nas condutas é suficientemente longo para que o mesmo entre em putrefação. Nestas circunstâncias, por vezes o esgoto ganha um cheiro que não é exalado enquanto fresco. Isso acontece em dias de pouca chuva em que há pouca água a circular.

Esta é uma questão episódica e estrutural daquela estação elevatória que é difícil de resolver. Já temos um equipamento de ventilação em pleno funcionamento que resolve este problema em 99,9% do tempo mas é possível que isto aconteça quando há esgoto séptico a afluir à estação elevatória. Esta situação melhorará um pouco com a separação dos esgotos que está neste momento a ser iniciada mas não ficará totalmente resolvida devido aos ramais mais longos que aqui afluem, particularmente os provenientes da Ladeira Branca e da zona oeste de S. Pedro com inclinações inadequadas e tempos de permanência demasiado longos do esgoto no tubo.

Em resposta à questão colocada pelo senhor deputado a respeito dos herbicidas, posso informar que este ano aplicámos menos quantidade e os mesmos têm sido aplicados essencialmente de madrugada. De vez em quando acontece alguma confusão entre o herbicida e o desinfetante porque as pessoas que os aplicam se vestem mais ou menos da mesma maneira. A desinfecção de ruas, particularmente perto de esplanadas e lugares onde alguém vomita ou faz outra coisa qualquer, é feita com uma solução de hipoclorito nas horas em que se deteta porque não se pode deixar ali o vomitado ou outra sujidade qualquer por muito tempo. Não sei se terão visto afinal a aplicação do desinfetante porque o herbicida, nesta zona central da cidade, é aplicado essencialmente nas horas mortas.

Este ano fizemos uma tentativa de reduzir a utilização de glifosato mas começámos a ficar com a cidade literalmente verde e tivemos que proceder a uma intervenção porque já não era possível aguentar mais tempo. Evitou-se tanto quanto se pôde e neste verão utilizou-se muito menos herbicida do que era habitual. Fez-se uma gestão um pouco experimental para ver se era possível chegar ao fim da época utilizando apenas o hipoclorito mas acabámos por ter que recorrer ao glifosato porque estávamos a ficar com um ervaçal dentro da cidade.

Todos os cuidados são tomados no sentido de se fazer a aplicação em horas mortas. Poderá eventualmente ter acontecido alguma aplicação fora dessas horas mas não tenho nenhuma informação sobre isso. A qualquer hora do dia, todos os dias, é costume ver-se alguém com um fato de proteção e uma máquina atrás que esteja a desinfetar algum local onde aconteceu qualquer coisa que não deveria ter acontecido.

As bocas de incêndio de Angra foram todas testadas e devidamente mapeadas. A cidade é das poucas possuidoras de uma aplicação que está disponível nos bombeiros e permite saber qual a bomba existente num determinado local, a sua dimensão, o tipo de encaixe e a pressão de água disponível. Não temos nenhuma boca de incêndio inoperacional, a não ser que se encontre em obras por uma razão qualquer e mesmo essas estão assinaladas na aplicação.

Estive no incêndio que referiu, foram usadas as duas bocas e não aconteceu nada de anormal. É preciso não esquecer que o primeiro ataque ao incêndio é feito com a água que é transportada pelos camiões e o recurso às bocas é usado para operações de arrefecimento ou rescaldo que ali também aconteceu. Quando os bombeiros precisaram de água, utilizaram a boca localizada no princípio do Pisão que estava plenamente funcional, forneceu a pressão necessária e tudo decorreu com toda a normalidade. O incêndio foi controlado profissionalmente bem e não há nada a assinalar.

Sra. d. m. Elsa Costa – Senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, muito bom dia a todos.

Senhor presidente de Câmara, folgo em ouvi-lo dizer que estamos bem como já o referiu hoje aqui por várias vezes. Também o ouvi dizer em outras assembleias que as suas faturas são todas pagas a 60 dias e a Câmara se encontra numa situação folgada mas sabemos que não é isso que acontece porque há pessoas que não estão a ser pagas a 60 dias. Aliás, há situações de serviços prestados à Câmara em abril do ano passado, portanto com um ano de atraso. Se calhar, esse «estamos bem» passa um pouco por se esquecer de pagar a algumas pessoas. Isto é verdade e posso dar-lhe mais do que um exemplo.

Sr. presidente da Câmara – Eu já explico.

Sra. d. m. Elsa Costa – Outra coisa que acho interessante o senhor referir é esta questão dos amigos externos e da importância de mostrarmos o nosso concelho quando, há poucos dias, tivemos um programa em direto da Praça Velha em que as portas da Câmara estavam fechadas e havia uma ou duas pessoas na assistência até porque o palco estava aqui e os carros não circulavam. Um dia inteiro com duas pessoas a assistir e não se mobilizar ninguém, parece-me muito mau para o concelho e qualquer resposta que o senhor presidente da Câmara me possa dar não será convincente.

Sr. presidente da Câmara – As portas da Câmara estiveram abertas enquanto a RTP as quis abertas por razões técnicas visto que, por detrás dessas portas, estava o equipamento técnico e a caracterização. Até eu fui obrigado a entrar pela porta lateral porque a preparação do cenário foi feita como a RTP entendeu. Não queriam que ninguém passasse pelo enquadramento da transmissão nem que os convidados - que eram caracterizados no corredor por debaixo de nós - saíssem pela porta da frente. São questões técnicas da RTP e não me cabe criticá-las. Também estranhei na altura de entrar quando me disseram que teria que entrar pela rua do Galo.

As questões de pagamento da Câmara são bastante mais complexas. A Câmara em média tem 2,6 milhões de euros diariamente à ordem e podemos pagar tudo o que quisermos. Episodicamente ficam algumas faturas por pagar devido a erros de processamento administrativo. Isto tem acontecido com demasiada frequência e tem a ver essencialmente com questões periféricas da Câmara em áreas daqui e dali em que alguém se esquece de pedir a requisição ou de fazer o devido enquadramento. Isto é algo que muito me irrita mas tem sido resolvido normalmente no próprio dia.

Estas regras da contabilidade pública por vezes levam a isso. Podemos estar cheios de dinheiro no banco e não poder pagar uma fatura porque o respetivo processamento não foi feito da forma correta. Tem que existir o devido cabimento com a emissão de um compromisso e uma requisição, depois é prestado o serviço, alguém verifica a devida prestação e só depois é que é dada a ordem de processamento e segue para a tesouraria. É este o caminho das faturas. Quando, no meio de todo este processo, algo não corre bem porque o nome ou o NIF constante da requisição não coincidem com os dados do prestador do serviço - o que tem acontecido com alguma frequência - ficamos com faturas por pagar. Aí é necessário anular a anterior e retomar todo o processo. Creio ter sido o que aconteceu com a tal fatura de abril que chegou à minha pessoa. Tudo se terá devido a questões administrativas e não financeiras porque essas estão devidamente refletidas nas contas da Câmara que os senhores aprovam todos os anos e no balancete que hoje vos foi fornecido.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt – Bom dia senhor presidente e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e vereação, senhores deputados. Não sei se as três questões que vou colocar são da responsabilidade direta do senhor presidente da Câmara mas gostaria de ouvir a sua opinião. A primeira delas tem a ver com uma situação para a qual me alertaram, não sei se é verdadeira mas o senhor fará o favor de me ajudar a corrigi-la.

Não sei se alteraram o nome ou se ainda se mantém essa designação, mas todas as ilhas têm delegados de turismo que tratam da coordenação dos interesses turísticos da sua ilha com o Governo Regional. Que eu saiba, a ilha Terceira não tem um delegado de turismo e não sei se esse cargo foi considerado perfeitamente dispensável por não ter qualquer utilidade nos tempos que correm. Gostaria de saber se a Terceira deveria ter uma pessoa responsável por essa coordenação numa altura em que o turismo até se está a desenvolver a um ritmo bastante interessante e se o senhor presidente da Câmara julga importante mover influências para que a ilha não seja diferente das outras.

A minha segunda questão provavelmente não será também da sua responsabilidade direta mas tenho a vaga ideia que o senhor terá dito aqui na Assembleia que se iria proceder à desmontagem daqueles edifícios dos Celeiros que acarretam problemas de natureza vária. A verdade é que, quem procedeu à desmontagem dos ditos edifícios, fê-lo com tanto zelo que

fragilizou imenso os alicerces do muro que a escola secundária tinha mandado fazer com tanto custo e que, de alguma maneira, impedia circulações estranhas de alunos, traficantes e companhia limitada.

Fizemos o muro com muita dificuldade e ontem em reunião da assembleia geral de professores, o atual presidente do conselho executivo disse que a construção de um muro novo custa 170 mil euros. Invocou dificuldades orçamentais, disse que falou com a tutela e o muro terá que ser feito a conta-gotas porque não há dinheiro para que seja feito de uma assentada, invocando a gestão das cativações usada pelo poder de lá e de cá. Os serviços ficam paralisados e não conseguem sequer dinheiro para mandar cantar um cego.

Quanto à terceira questão, como não sou engenheiro, não sei avaliar bem as situações mas, no caminho das Figueiras Pretas em direção ao largo da Boa Hora, ruiu um muro supostamente de consolidação mas que não consolidava rigorosamente nada. Felizmente, caiu numa hora em que não havia trânsito e, como utente daquela via, fico aflito.

Se a memória não me falha, inicialmente puseram a estrada apenas com sentido descendente mas, para espanto meu, no último mês e meio abriu-se a estrada nos dois sentidos para ligeiros e pesados. Olho para aquele muro de terra com pedras a soltarem-se e fico a pensar que os nossos engenheiros são muito bons e têm um grau extraordinário de previsão da movimentação de terrenos.

Se for da sua competência e autorizando a circulação naquela zona, espero que a Câmara tenha solicitado o devido parecer técnico porque circulou por ali com grande tranquilidade e parto do princípio que os decisores consideram que o assunto não oferece perigo rigorosamente nenhum.

Sr. presidente da Câmara – O delegado de turismo é uma competência do Governo Regional. Não sei se a figura mantém esse nome nem qual a orgânica em vigor mas a verdade é que, nas cidades maiores em que existem departamentos do Governo, estes delegados não costumam fazer grande falta. Não me sei pronunciar sobre isso porque não estou no Governo mas não tenho notado muito a sua ausência porque também não tenho notado a presença de outros delegados. Em tempos soube como tudo isso funcionava mas as orgânicas mudaram e nunca tive a curiosidade de as verificar a respeito dessa questão.

Aqui o turismo é gerido em boa parte pela ART e pela SEDEA que têm feito algum trabalho e não tenho nenhum particular reparo a fazer em relação à coordenação que tem sido feita. Este delegado é uma figura da estrutura governamental e não tem nenhuma relação com a Câmara aqui e em lado nenhum. A Câmara não tem tido grandes dificuldades no seu relacionamento com a secretaria em áreas do turismo, as coisas têm decorrido dentro da normalidade e não me quero pronunciar sobre uma matéria que é da responsabilidade do Governo.

A situação dos Celeiros é preocupante mas o problema do muro da escola secundária é anterior à demolição porque uma parte já tinha caído antes. A demolição também não deve ter ajudado e a questão precisa urgentemente de ser resolvida. A única coisa que posso dizer é estranhar o valor da obra que me parece manifestamente excessivo dada a sua dimensão e perante uma avaliação feita pelos nossos serviços há um ano ou dois que foi apresentada ao Governo. Não conheço o valor mas parece-me que era bem mais reduzido. Não sei bem que tipo de muro projetam fazer mas seguramente o valor da simples reposição do que lá existia não se aproxima de nada disto. Apesar de termos alertado para o muro e contactado o Governo sobre essa matéria, ninguém nos informou a respeito de qualquer decisão sobre a sua tipologia.

A situação da Boa Hora é da inteira responsabilidade municipal. Caíram ali umas pedras e não é a primeira vez que isso acontece; fomos lá com uma máquina pesada, retirámos todo o material solto e foi aí que se abriu o trânsito. As pedras foram bem pressionadas com uma máquina no sentido de se retirar tudo o que estava na eminência de cair e o lugar foi limpo.

Apesar de se tratar de um muro particular a situação é confusa e tem a ver com os licenciamentos municipais. Aquele muro era particular mas a Câmara licenciou duas habitações e implicitamente assumiu aquela escada de acesso como sendo pública, caso contrário não poderia ter licenciado uma habitação a abrir para a escada de um outro cavalheiro que mora ao lado. Uma análise posterior do que ali se passa indica que se trata de um espaço público por esta razão indireta em que foram licenciadas duas casas a servirem-se pela mesma escadaria. A obra foi construída por um dos privados que terá permitido que o outro a utilizasse, acabando por incluir a dita escadaria no domínio público. É essa a interpretação que fazemos.

Uma das casas encontra-se numa situação de propriedade indefinida porque pertencia a um casal que se divorciou e ambos os membros pediram a insolvência em bancos diferentes com estruturas diferentes. A casa que fica mais acima não tem dono definido e a outra tem dono e habitante que é o principal interessado nesta questão.

A primeira tentativa que a Câmara fez foi adquirir a casa porque o custo da obra é superior ao valor da casa. Faria sentido retirar as duas casas deixando ali uma rampa com uma inclinação segura e não permitir mais qualquer construção naquele sítio porque, quem ali morar, terá dificuldades em chegar a casa se for idoso ou tiver mobilidade reduzida. Nem quero imaginar como se consegue levar qualquer coisa mais pesada para aquela casa que está pendurada em cima de um muro com nove metros de altura. A situação passaria pela demolição que permitiria o alargamento da via, recuando aquela rampa uns dois ou três metros.

Deparou-se com aquela dificuldade de propriedade e vamos ver qual o desfecho. Para que o muro não ficasse assim, foi adjudicada a uma empresa da especialidade a sua reposição em condições mínimas, uma obra relativamente provisória que permita estancar a queda de pequenas pedras e gravilha até que haja tempo para continuar esta negociação, cujo objetivo no meu entender, deverá ser a demolição e não a construção de um novo muro.

Aquelas duas casas têm habitabilidade mais do que duvidosa dada a dificuldade de acesso à via pública. É esta a situação no local e não há qualquer risco conhecido. Segundo me diz aqui o senhor vice-presidente, há uma obra que terá já começado. Há três ou quatro dias que não passo ali mas vamos verificar.

Sr. d. m. Mário Silva – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e restante vereação, caros colegas. O CDS tem pugnado sempre por andar atrás das obras do Fanal mas muito pouco foi aqui dito. Gostaria que o senhor presidente nos fornecesse informações sobre a situação daquela obra e que mais se vai ali fazer.

Sr. presidente da Câmara – Senhor deputado, a obra do Fanal encontra-se adjudicada há cerca de três meses. Foi pedido o visto e o Tribunal de Contas, na análise que fez ao projeto, detetou a falta de um parecer da EDA referente ao licenciamento da iluminação pública. Aqui na Câmara duvidamos que a lei assim o exija porque é uma rede privativa que será operada pela Câmara mas não foi esse o entendimento do tribunal. Já obtivemos o dito parecer, também já o enviámos e estamos à espera do visto a qualquer momento.

A obra em si envolve a colocação de um molhe de proteção e enrocamento feito a cerca de 40 metros fora da atual linha de costa que se desenvolve em três patamares: um mais junto ao mar e dois mais acima de forma a evitar grandes desníveis em relação à rua. Foram retiradas as bandeiras, vão agora ser retirados os mastros e aquela zona vai ser rampeada para evitar o risco de queda de pedras ou outra coisa qualquer para o espaço em baixo.

O primeiro patamar é cimentado e cria uma zona de solário relativamente extensa com acesso central ao mar onde as pessoas podem colocar toalhas se assim o entenderem, embora fique relativamente ensombrado pela falésia, particularmente durante a manhã. Envolve a construção de um caminho pedonal em que uma parte se desenvolve em cima do calhau, a outra é elevada num passadiço que vai ligar às areias brancas e fica um acesso que permite passar por baixo do

hotel e sair na rua D. Violante. Creio que, em termos futuros, se deveria continuar esse passadiço até à Silveira, o que cria também uma alternativa pedonal para o centro de Angra porque o passeio da atual via é muito estreito e os turistas de ambos os hotéis têm um acesso à cidade muito dificultado.

O hotel tem um portão para o lado do mar que permite um acesso direto ao passadiço que liga ao caminho pedonal que passa diante do castelo e vem descer ao Relvão e permite que os seus utentes possam deslocar-se ao centro da cidade, evitando a via com mais trânsito. Permite também que os locais possam por ali passear e ir até ao mar.

Se for a vontade futura da Câmara, apesar de se tratar de uma obra de engenharia relativamente complexa devido à zona rochosa e muito batida pelo mar, poder-se-á depois virar aquela ponta e chegar à Silveira a pé, o que permitiria também aos utentes do outro hotel deslocarem-se por uma zona pedonal sem carros. Mesmo assim, vindos da Silveira, podem virar para a rua Violante do Canto, encurtar para menos de metade o percurso perigoso e deslocar-se por esse passadiço até à cidade. É essa a obra que está adjudicada cujo arranque se espera em semanas.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira – Ainda a respeito das obras em atraso que levam uma eternidade, tenho aqui uma cópia de transferências de capital concedidas em 2008 para uma obra que foi feita este ano que é o caminho entre a igreja velha de S. Mateus e a pousada de juventude.

Sr. presidente da Câmara – Sei para que obra é e já explico.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira – Aqui diz claramente: «Caminho entre a igreja velha e a pousada de juventude». Como essa obra só foi feita este ano, gostaria de saber se estes 45 mil euros ficaram na junta ou foram devolvidos. Sei que o senhor na altura não estava cá mas, como foi o responsável pela obra que se realizou, provavelmente teve acesso a todo o seu historial.

Sr. presidente da Câmara – A senhora deputada está a referir-se a dois momentos de uma obra. O primeiro trabalho realizado em 2008 foi a abertura daquele caminho e a construção dos muros mas não ficou asfaltado. O caminho era um imenso depósito de lixo, não foi asfaltado porque o Governo assim o entendeu, e o que fizemos agora foi o asfaltamento.

Sr. d. m. João Santos – Uma intervenção muito breve mas dividida em três partes a respeito do que referiu há pouco o deputado Luís Rendeiro sobre a aplicação de multas a torto a direito na Silveira por parte da Polícia de Segurança Pública. Percebo o que o senhor quis dizer mas reforço que é isso mesmo que a polícia deve fazer e não é a torto nem a direito; é fazer cumprir a lei sem exceções. Estou de acordo que me diga que terá que haver uma alternativa ao estacionamento mas a PSP tem que impor o cumprimento da lei ali e em todo o lado.

Se a lei não está bem e a sinalização não é a mais correta, altere-se a sinalização e mude-se a lei. Não podemos vir para aqui acusar a PSP da falta de efetivos e dizer que, os que tem, não cumprem a sua função. É muito fácil cruxificar a PSP alegando que não devem fazer o seu trabalho porque as coisas acontecem por culpa de outros. O que me incomoda é que se cruxifique a PSP por fazer cumprir o que está determinado. Se há um sítio onde é proibido estacionar e deve deixar de o ser, retire-se então a sinalização mas não se diga à PSP que não deve fazer cumprir porque até dá jeito que isto se faça.

Agora uma pequena achega ao senhor presidente da Câmara. Percebo a sua ideia e o que está a ser feito e percebo também a dificuldade na resolução de alguns problemas, mas acho que não devemos encarar o vandalismo como uma inevitabilidade. O senhor presidente diz: «Bom, isto é um fenómeno do verão, quando ele acabar isto resolve-se.» Agora é o verão das férias escolares mas depois aumenta o turismo como acontece em Albufeira ou noutra sítio qualquer e quando os turistas se forem embora isto acalma.

O que terá que ser feito é acabar ou reduzir ao máximo os fenómenos de vandalismo e tem que haver aí uma intervenção. É com os equipamentos infantis, com canteiros, com a sinalização, com os recipientes do lixo, com as estátuas e outros elementos ornamentais, com propriedades privadas, paredes, vidros de janelas, etc. Isto a determinada altura tem que acabar ou acalmar para não o transformamos numa inevitabilidade. Agora são os estudantes depois serão os turistas e tem que haver uma solução sob pena de termos a cidade de pernas para o ar com as coisas sucessivamente estragadas. É o trabalho que se aplica e o dinheiro que se gasta e as coisas estão sempre mal tratadas.

Voltando ao senhor deputado Luís Rendeiro, não concordei com a questão da iluminação porque a segurança/iluminação não é um fenómeno de causa e efeito. Mal seria se concordasse consigo em tudo. Não concordo que não se deva reduzir a iluminação; deve-se, a bem do ambiente e da economia do concelho, mas não acho que tenha implicação direta na falta de segurança que, quanto a mim se deve à educação cívica das pessoas, à falta de policiamento e à impunidade que se vive relativamente aos que se vão identificando como causadores de problemas. Isto sim, tem uma causa direta na permanência desta situação. Para clarificar a minha posição, concordo com a questão da segurança, não concordo com a sua associação direta à diminuição da iluminação.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara, caros colegas, muito bom dia a todos. Já que estamos em maré de obras e segurança, gostaria de saber se a Câmara terá já feito alguma diligência junto da Secretaria de Equipamentos no que respeita à estrada entre os Altares e Angra.

Na zona entre o Raminho e os Altares há uma estrada que está interrompida e sinalizada desde o inverno passado ou início da primavera, se não estou em erro. Tínhamos expectativa que houvesse ali uma intervenção mas passou o verão e isso não foi feito. Como se trata de uma zona de grandes nevoeiros, gostaria de saber se a Secretaria terá algum projeto a curto prazo para reparar aquele pedaço de estrada e retirar dali aquela sinalização porque, com a aproximação do inverno, aumenta o perigo para quem circula naquela via.

Quero ainda fazer aqui um reparo acerca do que foi aqui referido pela bancada do PSD no que respeita aos melhoramentos das zonas turísticas e dos miradouros. Parece-me que há zonas muito bonitas em termos de miradouros e acho que nunca as nossas estradas e essas zonas de visibilidade turística estiveram tão bem cuidadas. Não sei se é da competência da Câmara ou do Governo Regional mas a serra de Santa Bárbara é uma zona bastante procurada nestes dias de verão. Penso que a colocação de um miradouro ali faria imensa falta e dignificaria bastante aquele ponto turístico.

Sr. presidente da Câmara – Faço minhas as palavras da senhora deputada Isabel Berbereia porque sou utente quase diário daquela via assim como a minha esposa que trabalha nos Biscoitos. Já me aconteceu de vir distraído, estamos tão habituados a passar ali e é fácil esquecer aquele obstáculo. Espero que o Governo Regional resolva o assunto rapidamente porque a zona está perigosa e circula-se ali relativamente depressa. É o início de uma reta, temos tendência em sair em aceleração de dentro do Pico da Bagacina e aparece aquela coisa à frente.

A serra de Santa Bárbara está integrada no Parque Natural da Terceira que tem a seu cargo a gestão daquela zona de visitação que se encontra num estado caótico cheia de ruínas, restos de antenas e outras coisas que tais que não dignificam em nada um dos espaços mais bonitos e mais visitados da ilha.

Saí da Secretaria do Ambiente há cinco ou seis anos e nessa altura já havia um projeto elaborado para que o Parque Natural da Terceira fizesse esse investimento, algo que espero ver um dia sair do papel, porque muita falta está a fazer. Tive a oportunidade de lá ir com os nossos visitantes chineses num dia de extraordinária luminosidade e aquelas ruínas apresentavam um

aspecto um pouco deprimente. Há ali um conjunto de telecomunicações abandonadas que precisam urgentemente de ser removidas e todo aquele espaço do cimo da serra precisa de um arranjo urbanístico digno. Esta matéria foi já lembrada ao Parque Natural da Terceira e, se mais ninguém o quiser fazer, creio que a Câmara deverá assumir essa tarefa.

Sra. d. m. Elsa Costa – É uma pena que a gente não possa responder logo de seguida para poder centrar-me nas perguntas que lhe tinha feito, senhor presidente. O senhor há pouco referiu a porta da Câmara mas esqueceu-se da parte da mobilização e do facto de haver apenas duas pessoas a assistir ao direto da RTP. O senhor dá a cara pelo concelho mas não é o concelho e é uma pena que não tenha mobilizado ninguém porque até somos festivos por natureza e, se há quem goste de festa, são os angrenses. Poderiam ter vindo mais três ou quatro mas eu só vi duas pessoas. Nem sequer aquele palco permitia a passagem dos carros para alguém ver...

Sr. presidente da Câmara – Era proibido passar a pé, quanto mais de carro.

Sra. d. m. Elsa Costa – Não interessa. Não foi feita nenhuma mobilização. Em todo o lado havia muita gente e nós tínhamos duas pessoas a assistir para além das pessoas do programa, o que é uma vergonha. O senhor desculpe mas esteve muito mal.

Quanto aos parques infantis, sou educadora de infância de um particular, infelizmente trabalho todo o verão, tenho que esperar pelo inverno para poder ir ao parque quando está a chover e é uma pena encontrá-lo muitas vezes estragado. Arranjam uma coisinha mas no outro dia há mais três ou quatro partidas porque não há fiscalização; não tem lá ninguém.

Quanto às faturas em atraso, não é verdade, senhor presidente. As pessoas telefonaram várias vezes aqui para os serviços. Por acaso soubemos, não foi só uma... O senhor sabe que é verdade... o passarinho chegou aí, portanto gostaria que me respondesse.

Sr. presidente da Mesa – Informo a senhora deputada Elsa que as intervenções são feitas segundo o regimento.

Sr. presidente da Câmara – Quanto à mobilização, a RTP organizou as coisas como entendeu, a Câmara não era parte do programa e a única coisa que fizemos foi autorizar a utilização de um espaço municipal. Nem eu nem a Câmara somos produtores de programas da RTP e nada temos com isso. Puseram uma pessoa de cada lado para que ninguém passasse sequer a pé, o ângulo da Câmara tinha que estar sempre vazio, ninguém podia atravessar a praça por este lado e tinha que dar a volta pelo outro. Eu próprio quando aqui cheguei, fui dar a volta e entrei por aquele lado porque foi essa a escolha da RTP. Se a senhora acha bem ou mal, fale com a RTP porque não tenho nada a ver com isso.

No que toca às faturas, como lhe disse há pouco, só mesmo o processamento é que atrasa, a senhora tem acesso às contas municipais e sabe qual o nosso volume financeiro. Se quiser saber quanto temos no cofre hoje pode ir ao andar de baixo perguntar. No caso que referiu houve questões administrativas relacionadas com NIB's (*número de identificação bancária*) e com NIF's (*número de identificação fiscal*). São matérias que não temos condições para resolver de imediato mas resolvem-se. Quando me chega qualquer questão, vou sempre a correr ali ao lado de trás e normalmente consigo resolver o caso em menos de meia hora. Quando não me chega, não sei. Quando as pessoas acham que demorou muito e às vezes é um dia - também já me tem acontecido - eu vou lá atrás e normalmente o assunto resolve-se. É essa a questão, a contabilidade pública assim o obriga e a complexidade da forma de gestão é essa.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Perturba-me um bocadinho a facilidade com que, umas vezes a Câmara Municipal assume responsabilidades e competências que não são suas e outras vezes se recusa a fazê-lo, e o que o senhor presidente disse acerca do miradouro de Santa Bárbara foi apenas mais um exemplo. Quando dá jeito, a Câmara vai assumir e resolver; quando não dá, a

culpa não é nossa e não temos nada a ver com isso. Não deve ser assim e tem que haver um critério.

Quando há um défice de atenção de outras entidades com outras competências neste concelho, a Câmara deve tomar posições firmes para resolver os problemas. O senhor presidente da Câmara já manifestou aqui o seu desagrado com algumas situações como a variante de S. Carlos, acredito que esteja muito preocupado, mas faltam algumas posições mais firmes e públicas porque essas é que fazem pressão e força...

Sr. presidente da Câmara – Esta Assembleia é pública.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Se calhar, justifica-se um pouco mais de nervo perante algumas instituições e um pouco menos de nervo perante as oposições.

Temos muito a aprender com outros sítios, senhor presidente. Os sucessivos autarcas do Porto das várias cores partidárias, socialistas, sociais-democratas e até independentes, têm sido capazes de defender a sua terra e os seus eleitos perante outras instituições com outras competências e têm-no feito de forma muito aguerrida, um exemplo que aqui deveríamos seguir contra algum centralismo de ordem regional que também tem vindo a ser imposto. Nesse sentido, aproveito para convidar todos os presentes para uma palestra que vai ser proferida hoje às 20 horas no Salão da Santa Casa da Misericórdia pelo doutor Rui Rio que vai falar da importância da descentralização.

Sr. presidente da Câmara – Tem que passar por baixo uma coisinha a dizer «publicidade institucional».

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Estão todos convidados e acho que todos devemos aprender. Eu também estive aqui numa palestra proferida pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira a ouvir o inarrável Ministro dos Negócios Estrangeiros com muito custo, mas pronto; é assim, são pessoas com dimensão e estatuto que vêm cá transmitir a experiência da sua vida.

Senhor deputado municipal João Santos, há aqui de facto, muitas coisas que nos dividem. O deputado João Santos defende que a PSP deve impor o cumprimento da lei perante os cidadãos que não são bandidos; de um modo geral querem cumprir a lei e, no caso do trânsito que referiu, apenas querem um sítio onde possam estacionar legalmente e só o fazem ilegalmente nas bermas das estradas e nos locais onde se viola a lei quando não há alternativas.

Se a PSP não possui efetivos para o combate ao crime e à manutenção da ordem pública, também não os tem para a caça a multa porque, para isso, já temos os fiscais dos parquímetros e estamos fartos de dar para esse peditério. Quando aqui propomos alternativas ao estacionamento e à construção de parques próximos das zonas onde são necessários e o Partido Socialista chumba as nossas propostas, não pode vir dizer depois que concorda com a aplicação de multas por parte da PSP quando as pessoas não têm alternativas para estacionar.

Se eu fosse presidente de junta de freguesia - e os do PSD já estão habituados - ficaria muito preocupado com a sua intervenção acerca da iluminação e da segurança. Fiquem descansados. A partir de agora não vale a pena pedirem postes de iluminação pública para as vossas freguesias porque o grupo municipal do Partido Socialista liderado por João Santos vai dizer que não é preciso, que a iluminação nada tem a ver com segurança, e não vale a pena colocar luz nas freguesias.

No PSD entendemos que existe uma relação direta e absoluta entre a qualidade da iluminação pública e a segurança dos bens e das populações, desde o trânsito noturno até às questões de vandalismo, roubos, segurança das crianças, o que entenderem. Há uma ligação direta e incontornável entre a qualidade/quantidade da iluminação pública e a segurança das populações e isso separa-nos de forma muito clara.

A respeito das infraestruturas de apoio ao turismo, a deputada Isabel Berbereia esteve muito bem ao defender a questão de Santa Bárbara, um exemplo clássico de um miradouro que deve ser melhorado e valorizado. Existem outros que foram muito bem construídos mas falhou a sua manutenção. Uns serão certamente da competência municipal e outros da responsabilidade de outras tutelas.

Estamos a sentir um crescimento acentuado do turismo. Se, no início da operação das companhias aéreas de baixo custo, alguns terceirenses aproveitaram para fazerem umas compras no continente e ver uns jogos de futebol, os aviões também já trazem turistas à ilha como podemos constatar pelo *boom* das rent-a-car e dos trilhos pedestres. Se isto está a acontecer, temos que apresentar boas condições e locais de visitação muito melhor cuidados.

Para concluir, acho que o senhor presidente da Câmara está enganado ao referir a sua satisfação com a coordenação do setor turístico no concelho. Coisa que não há é coordenação entre os vários agentes do setor turístico, sejam eles empresas privadas ou entidades públicas. Não há ninguém que coordene a atividade turística e a identidade do turismo neste concelho que ponha toda a gente a remar para o mesmo lado e nós achamos que essa tarefa cabe à Câmara Municipal.

Sr. d. m. Francisco Câmara – Há pouco falei no mau cheiro mas a indicação que tenho é de uma fuga direta dos esgotos para a zona da marina de Angra e as águas têm-se apresentado muito sujas, o que originou algumas queixas por parte dos proprietários de barcos junto da «Portos dos Açores» que culpa a Câmara, informando que a mesma foi já notificada da situação. Independentemente do cheiro e dos gases, cuja explicação nos foi já dada pelo senhor presidente da Câmara e que todos entendemos, gostaria de saber se há ou não fuga de esgotos para aquela zona da marina.

Referindo ainda o incêndio decorrido na zona da Memória, o relato de que disponho é que o senhor presidente da Câmara estava lá acompanhado pelo senhor vereador Guido Teles quando os bombeiros tentaram ativar duas bocas de incêndio que se encontravam secas. Independentemente da informação fornecida pela aplicação informática, pergunto-lhe se, afinal, houve ou não duas bocas de incêndio que não funcionaram por se encontrarem secas.

Finalmente, gostaria de obter uma explicação por parte do senhor presidente da Câmara a respeito de uma obra de construção de uma casa de banho na Fajã do Ficher na freguesia da Feteira que, aparentemente, tapava a vista às pessoas. Parece que afinal a obra já não vai avançar por motivo de reclamações e estará a ser feita de outra forma. Gostaria de saber se essa obra se encontra licenciada e se a Câmara tem conhecimento da situação.

Sr. presidente da Câmara – Senhor deputado; em relação aos esgotos, que eu saiba não houve nenhuma comunicação formal, alguém disse que havia um derrame de esgotos mas os Serviços Municipalizados fizeram uma peritagem ao assunto e não detetaram qualquer derrame. Eu também não tenho nenhuma indicação da existência de qualquer fuga de esgotos naquela zona, algo que é muito difícil de acontecer. Só poderia ter origem na própria estação elevatória, o que não está a acontecer porque a conduta funciona sob pressão e não apresenta qualquer derrame. A resposta que obtive dos Serviços Municipalizados é de que não existe qualquer fuga de esgotos.

Quanto às bocas de incêndio, eu estive lá e nenhuma delas falhou. Foram ativadas quando os bombeiros assim o entenderam e funcionaram sem que nada de extraordinário tivesse acontecido, antes pelo contrário, as coisas decorreram dentro da absoluta normalidade. Estava lá o senhor vereador, estava eu e estava a Proteção Civil Municipal que orientava a utilização das bocas com a dita aplicação para se saber qual o encaixe adequado. O incêndio foi combatido com absoluta normalidade e não há nada a assinalar.

A obra da Fajã do Ficher é realizada pela junta de freguesia com a colaboração da Câmara Municipal. Por ser uma obra pública não tem licenciamento normal e está devidamente autorizada. Depois de iniciar a obra a junta de freguesia achou que aquele não era o caminho, pediu para alterar a posição e nada havia a opor. Alterou e está a fazer a obra normalmente.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt – Ainda em relação ao muro da escola secundária, e como pode ser testemunhado pelo doutor Melo Alves que se encontrava lá na Mesa com um representante dos pais, a informação que o presidente da escola nos facultou é que o muro tem vindo a degradar-se progressivamente e inclusivamente está a pôr em causa aquelas oficinas que eles têm junto das instalações do gás. Provavelmente a movimentação das máquinas nas obras de limpeza ou algo do género terá ajudado à fragilização do muro. Confesso que também estranhei o preço; 170 mil euros é muito dinheiro mas trata-se de um muro muito comprido e muito alto e a verdade é que não há dinheiro para fazer essa obra.

Pelo que me disse a respeito da questão do Pico da Urze, posso circular para cima e para baixo sem temer qualquer problema de desabamentos?

Sr. presidente da Câmara – Foi esse o entendimento. Devem lá estar a trabalhar agora.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt – Ótimo. Como sou leigo, peço ao senhor presidente da Câmara que vista o seu fato de engenheiro, passe por aquela estrada com olhos de ver e observe o muro vizinho da quinta em frente que tem as bananeiras que sempre me causou uma enorme consternação pela forma como está construído com aquelas barrigas. Tenho 63 anos, já o vi cair parcialmente por duas vezes, felizmente sem grandes problemas, mas fico sempre com o coração nas mãos tal como ficava cada vez que circulava naquela estrada dos terrenos do seminário que, em boa hora, se corrigiu. Aquele muro é muitíssimo alto, não se encontra devidamente nivelado, serve de consolidação porque suporta grandes quantidades de terra do lado de dentro, e haverá o dia em que acabará por cair. Desconheço a sua opinião a respeito da situação mas gostaria que pensasse sobre o assunto e tomasse a decisão que entendesse mais acertada.

Sr. presidente da Câmara – Confesso que estive lá um par de vezes mas o muro em causa não me despertou grandes cuidados porque não olhei para ele com olhos de ver. Naquela zona é preciso fazer recuar a estrada em duas áreas mas parece-me bem mais eficaz do outro lado onde caíram as pedras e mais abaixo onde existe uma casa arruinada com o muro nas mesmas condições. Parece-me uma melhor gestão da via e da despesa, fazer intervenções de alargamento da via exatamente do lado oposto ao muro que agora referiu, tornado possível colocar junto a esse muro um obstáculo qualquer que afaste o trânsito porque a via é muito estreita.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira – A resposta rápida e fácil é um registo que lhe é característico, senhor presidente. Devo dizer-lhe que, anexado a este processo, estão também as declarações públicas ainda na altura no nosso querido jornal «A União». O orçamento de 2008 é fechado em novembro e em janeiro é dada uma entrevista pelo presidente da junta de S. Mateus na altura que diz claramente: «*Dentro de dois a três meses terão início as obras de construção do passeio...*» Passei a frequentar aquela zona desde que a minha filha nasceu em 2007, por isso lhe digo que esse registo temporal não está correto.

Foi dito publicamente na altura que teria início dentro de dois meses e a verba era para «... *a construção de um passeio com extensão de cerca de um quilómetro e meio, alcança a igreja velha e a pousada de juventude e prevê a construção de uma zona pedonal, bancos de jardim, iluminação pública e a orientação do trânsito será num sentido único.*» Esta verba não foi para abrir porque já estava aberto. Esta verba foi exatamente para a recuperação daquele troço com a construção de um passeio, banquinhos de jardim e iluminação. Isto foi publicado em janeiro de 2009, indicando que as obras se iniciariam dali a dois meses.

Em relação à situação da marina, o grupo municipal do CDS também recebeu essa denúncia. Pergunto se essa fiscalização dos Serviços Municipalizados que verificou que tudo se encontrava dentro da normalidade, foi do mesmo tipo da que se fez durante um ano relativamente ao problema dos esgotos em S. Pedro que afinal não se devia a uma conduta histórica como disse o senhor presidente da Câmara aqui na Assembleia Municipal. Afinal as casas não tinham os seus esgotos ligados à caixa...

Sr. presidente da Câmara – Estavam ligados à conduta histórica...

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira – Casas no século XXI a fazerem descarga de esgoto na conduta histórica quando o senhor disse aqui que eram águas pluviais? O queixoso teve que fazer as análises porque viu que aquilo não podia ser água. Eu trouxe-as aqui e disse que aquilo estava cheio de coliformes e colesterídeos e não se tratava de águas pluviais. Afinal as inspeções feitas pelos Serviços Municipalizados que revelam estar tudo bem, têm a credibilidade que têm. Nessa vistoria foram feitas recolhas e análises à água? Se existe uma fuga, a água da marina está toda contaminada! Onde estão os resultados dessas análises?

Sr. presidente da Câmara – Em 2008 não estava cá por isso não sei. Sei que nesta altura foi feita a obra de ligação do terreiro até à igreja de S. Mateus, foi feito o arranjo do estacionamento diante da casa mortuária e aberto o caminho que estava cheio de entulho. Na altura a Secretaria do Ambiente optou por não permitir que se fizesse a pavimentação mas não lhe vou responder sobre isso. O senhor vice-presidente da Câmara, na altura presidente da junta de S. Mateus, entende agora que não é um assunto sobre o qual queira falar aqui e tem o direito de o fazer.

Fui eu próprio que acabei por fazer a vistoria do esgoto de S. Pedro e confirmou-se aquilo que eu pensava. Há uma conduta história proveniente de Santa Luzia que está cortada ali e deveria estar seca mas infelizmente não estava porque alguém mais lá para cima tinha feito uma ligação ilegal a uma conduta que deveria estar fora de serviço... Os projetos aprovados nada têm a ver com essa conduta. A execução do projeto é que não está de acordo com a conduta e não fui eu que licenciei essas obras nos anos 90 logo a seguir à construção da nova rede de esgotos.

Quanto à marina, a vistoria foi feita; se volta a levantar o problema, voltará a ser feita e se for preciso vou eu fazê-la. A marina tem bandeira azul, faz análises periódicas e havendo alguma coisa, a situação é imediatamente detetada. Se a bandeira se encontra lá hasteada significa que o serviço de ambiente vai lá fazer a recolha de água com a periodicidade necessária. É feita uma análise bissemanal ou trissemanal porque na marina a regra é diferente e neste verão foram feitas análises ali.

Sr. d. m. Mário Silva – A explicação que o senhor presidente da Câmara me deu sobre o Fanal foi, de facto, elucidativa mas fiquei com uma dúvida. Será que a passagem pedonal de que V. Exa. fala, que ligará o Fanal às Areias Brancas, vai ser eletrificada?

Sr. presidente da Câmara – O problema que surgiu com o Tribunal de Contas teve exatamente a ver com essas luzes que não tinham o parecer da EDA.

Não se registaram mais intervenções. A informação sobre a atividade municipal constante do Ponto 1.1 foi considerada apreciada.

1.2 - Terceira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento dos Serviços Municipalizados para 2017 tendo em vista a autorização da repartição dos encargos plurianuais da Empreitada de Remodelação do Sistema de Drenagem de Águas Residuais da Cidade de Angra do Heroísmo ao cronograma financeiro apresentado na proposta.

- **Encargos para o ano de 2017:** 169 270,40 € (cento e sessenta e nove mil, duzentos e setenta euros e quarenta cêntimos) - **GOP 2 2 2013/1.**

- **Encargos para o ano de 2018:** 1 129 629,60 € (um milhão, cento e vinte e nove mil, seiscentos e vinte e nove euros e sessenta cêntimos) - **GOP 2 2 2013/1.**
- **Total:** 1 298 900,00 € (um milhão, duzentos e noventa e oito mil e novecentos euros).

Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos do ponto 8.3 do POCAL conjugado com a alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – O objetivo aqui é fazer a inscrição plurianual da despesa relativa à obra de separação da rede de esgotos. Acontece que a obra vai ter que se desenvolver por mais do que um ano económico, o que obriga à separação. Neste momento o visto desta obra depende da aprovação desta separação, pretendemos fazê-la e comunicar que a fizemos para que a obra se possa iniciar.

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Terceira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento dos SMAH para 2017 constante do Ponto 1.2 foi aprovada por maioria com 23 votos a favor (19 do PS, 1 do d. m. independente e 3 do PSD) e 10 abstenções (6 do PSD e 4 do CDS-PP).

1.3 - Relatório de Gestão e Contas do primeiro trimestre de 2017 da TERAMB, EM. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara – Trata-se do relatório do primeiro trimestre que é o menos significativo. A empresa funcionou dentro da normalidade e nesta altura já se previa um provável défice no ano; aparentemente não o teremos mas só no final do ano é que saberemos o que aconteceu. Apesar das paragens que eram necessárias por causa das garantias, as coisas têm corrido manifestamente bem com a TERAMB e não há nada de particularmente importante a assinalar.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Pelo relatório que ali está, o défice de exploração da incineradora tem a ver com os dias de paragem ou com o excessivo recurso à mineração? Como bem sabe, temos sido coerentes com a nossa preocupação relativamente ao bom funcionamento daquela que foi a opção do concelho para o tratamento dos seus resíduos. Não se pretende necessariamente que dê lucro mas espera-se que não seja mais um encargo para o município e para os munícipes com acentuados encargos de exploração.

Sr. presidente da Câmara – No plano financeiro inicial da incineradora estavam previstos défices de exploração ao longo dos primeiros cinco anos, algo que se conseguiu evitar nos dois anos anteriores, esperando-se o mesmo para este ano.

São duas as razões do défice e uma delas é o valor das tarifas praticadas. Somos a incineradora do país com tarifas mais baixas, estamos a cobrar 25 euros por tonelada à entrada, enquanto a média das incineradoras do continente pratica valores entre os 40 e os 50 euros por tonelada. Vamos manter as tarifas neste nível e tudo indica que fecharemos o ano sem défice que, no entanto, estava previsto e é natural que aconteça no período de arranque da incineradora.

A segunda questão tem a ver com as paragens que levam a uma redução da receita. Numa noite boa a venda de energia pode atingir os três, quatro ou cinco mil euros, cada vez que paramos temos perdas de rendimento e essas paragens estão a ser imputadas ao empreiteiro. Há uma situação pré litigiosa com o empreiteiro por causa do separador em que ele refere que o problema tem a ver com as pedras e as garrafas, esta questão terá eventualmente que ser dirimida em tribunal mas esperamos chegar a acordo.

Se o empreiteiro pagar o que entendemos a incineradora não terá qualquer défice. Ele terá que ressarcir a empresa das receitas perdidas nos dias em que não se vendeu eletricidade. As contas na fase do verão melhoraram bastante mas teremos que esperar mais alguns meses.

Sra. d. m. Rita Andrade – Apenas para chamar à atenção que, ao contrário do que aconteceu com as obras nas escolas da Ribeirinha e de Santa Bárbara, espera-se que o culpado de todos estes problemas seja efetivamente responsabilizado e que isto não se transforme em mais um encargo para o município e para todos nós que pagamos os nossos impostos.

Sr. presidente da Câmara – Esta é uma observação extremamente importante. Aquela foi uma obra de conceção/construção, ou seja, há uma responsabilidade solidária entre quem projetou e quem construiu, o que tem facilitado bastante a imputação de responsabilidades. O projetista e o construtor são solidariamente responsáveis, até agora não temos nenhuma razão de queixa e o primeiro desaguisado surgiu agora com o empreiteiro a alegar a existência de um abuso de pedras e garrafas na entrada que causaram o desgaste do tapete, acusando-nos de não termos operado a instalação dentro das condições do projeto. Este foi o único desacordo surgido nesta matéria e todas as outras questões foram integralmente assumidas pelo empreiteiro.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira – Na ata de junho o senhor presidente da Câmara dizia que hoje ou amanhã teria o montante específico a cobrar à empresa TME devido às tais avarias que neste momento estão a ser assumidas pela Câmara. A Câmara está a pagar?

Sr. presidente da Câmara – Não, nunca pagou. Essas despesas de junho já foram assumidas e estamos a falar de outras.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira – De qualquer maneira gostaria que nos dissesse qual o montante específico a cobrar à TME. Registo o otimismo do senhor presidente da Câmara ao acreditar que ficaremos saldados a quatro meses do fim do ano quando tivemos sempre prejuízo nos últimos trimestres. Como a TERAMB tinha estado a assumir as despesas com as avarias que, supostamente, deveriam ser assumidas pela empresa, ainda pensei que a entrada do valor dessas despesas contribuísse para a compensação do prejuízo mas já percebi que não. Se a TERAMB não tem estado a pagar essas avarias, nem sequer podemos dizer que deixaremos de ter prejuízo quando a empresa acabar por assumir a sua responsabilidade financeira.

Gostaria de saber qual o lucro que a TERAMB prevê nos últimos quatro meses para compensar os prejuízos referidos nos relatórios dos trimestres anteriores de modo a chegarmos ao fim do ano sem prejuízo.

Senhor presidente, por que razão não se renovou o contrato com a RESIAÇORES visto que houve um concurso público? Na eventualidade de esse concurso ficar deserto, será que o concelho tem a capacidade de voltar a fazer a recolha seletiva dos resíduos?

Sr. presidente da Câmara – Acho que a resposta a essa questão tem sido dada pelo histórico. Nos dois ou três anos transatos havia a indicação de prováveis prejuízos, felizmente ao longo do ano conseguiu-se resolver a questão.

As quantias devidas pelo empreiteiro foram até agora todas satisfeitas mas não sei o valor de cor. Já soube, foi pago e o assunto ficou esquecido. Agora estamos a falar do separador, um assunto posterior que está a ser devidamente tratado. Numa instalação nova é preciso ir ajustando as coisas ao seu funcionamento.

Quanto à RESIAÇORES, foi feito novo concurso em que a empresa foi a adjudicatária da triagem e tem esse contrato válido por cinco anos automaticamente renovável se nenhuma das partes entender o contrário. A RESIAÇORES entendeu que a recolha não lhe convinha por aquele preço e nós temos condições para a fazer quando entendermos. Nunca ficou nem ficará nada por recolher.

Não se registaram mais intervenções. A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Gestão e Contas do primeiro trimestre de 2017 da TERAMB constante do Ponto 1.3.

Sr. presidente da Câmara – Peço licença ao senhor presidente da Mesa para que os dois pontos seguintes da Ordem de Trabalhos sejam tratados em conjunto porque correspondem a uma obrigação legal introduzida no Orçamento de Estado deste ano que obriga os serviços com autonomia, como é o caso dos SMAH, a comunicarem os contratos que fizerem. Neste caso, o primeiro contrato está relacionado com a gestão da frota, o GPS que está instalado nas viaturas e permite saber onde as mesmas circulam, e o segundo tem a ver com a desratização de instalações, um assunto bastante mais complexo.

1.4 - Comunicação de contratação de serviços pelos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2017 - licenciamento de software “PHC Advanced Frota” - 2017 e 2018.

Para conhecimento da Assembleia Municipal, considerando que a contratação foi realizada nos termos da autorização prévia genérica concedida pelo órgão deliberativo municipal em sessão de 28-11-2016.

1.5 - Comunicação de contratação de serviços pelos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2017 - desratização das instalações dos serviços.

Para conhecimento da Assembleia Municipal, considerando que a contratação foi realizada nos termos da autorização prévia genérica concedida pelo órgão deliberativo municipal em sessão de 28-11-2016.

Não se registaram mais intervenções. A Assembleia Municipal tomou conhecimento do conteúdo dos Pontos 1.4 e 1.5.

2. DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

2.1 – Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Cabral.

Sr. presidente da Mesa – «*Mário Cabral nasceu em 1963 na ilha Terceira. Desde muito cedo que se dedicou à escrita e aos 15 anos de idade já sabia que a literatura seria o seu destino. O seu primeiro livro “História de uma terra cristã” data de 1996.*

Do Centro de Filosofia da escola secundária Jerónimo Emiliano de Andrade era um frequente colaborador da imprensa regional, interessando-se pelos mais variados estilos de escrita, tendo publicado crónicas, poemas, romances e ensaios.

Pertencia à ordem franciscana secular “Fraternidade de Angra”. Era doutorado em Filosofia Portuguesa Contemporânea pela universidade de Lisboa com a tese “VIA SAPIENTIAE - da filosofia à santidade” defendida a 10 de maio de 2006 e posteriormente publicada pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda. A sua obra está traduzida em espanhol, inglês e letão.

Também como pintor, expôs na Carmina Galeria em 2005 em conjunto com 53 desenhos intitulados “Eu de mim - o regresso ao belo”. A sua última exposição foi de arte sacra “Gratia plena” e decorreu no Convento de S. Francisco nas Lajes do Pico em 2008.

O grupo municipal do Partido Socialista lamenta o desaparecimento do poeta, escritor e professor de filosofia Mário Cabral falecido no passado dia 10 de agosto em Angra de Heroísmo vítima de doença prolongada.

O grupo municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação deste voto de pesar pelo falecimento de um dos maiores pensadores contemporâneos açorianos e que, deste voto, seja dado conhecimento formal à família.»

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Penso que o professor Mário Cabral se tornou uma figura incontornável da nossa sociedade e do nosso concelho. Nem sempre lhe terá sido feita justiça ou dado o devido respeito pelo seu trabalho, vivência, capacidades e maneira de estar.

Este é um voto com o qual nos identificamos; vamos assumi-lo e votá-lo favoravelmente como se fosse nosso e aproveito para dizer que, também na Assembleia Regional dos Açores, o PSD e o CDS-PP apresentaram votos de pesar pelo professor Mário Cabral que foram também aprovados por unanimidade. É mais do que inteiramente justo este reconhecimento da sua vida, dedicação e personalidade por parte da Assembleia Municipal.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt – Os pais ficam tristes quando veem os seus filhos morrerem antes deles, contrariando assim a lei da vida. Um professor não é um pai mas acompanha o crescimento dos seus alunos e o Mário Cabral foi um dos meus melhores alunos, dos poucos que teve 19 valores. Só dei 5 dezanoves em 40 anos de serviço e ele foi um deles.

Para além de aluno, foi também durante muitos anos meu colega e era um indivíduo de muito agradável conversa. Entre o brincalhão e o «a sério» conversava-se sobre coisas muito importantes da vida durante os intervalos das aulas. Não ficaria de bem com a minha consciência se não me juntasse a esta homenagem de um ex-aluno brilhante, de um professor também brilhante e de um homem que faz falta ao nosso concelho.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira – O CDS não apresenta frequentemente votos na Assembleia Regional por considerar que os mesmos devem ser reservados àquilo que verdadeiramente é merecido para não se correr o risco de os banalizar como temos assistido nos últimos anos. O voto de pesar pelo falecimento do Mário Cabral foi um dos apresentados pelo CDS que me custou ler.

Nos dias de hoje, se uma pessoa não aparecer no *facebook*, no *youtube*, no *tweeter* ou não for à televisão é como se não existisse. O Mário Cabral tinha uma obra enorme, não aparecia em nenhum desses sítios e cabe-nos - aos que tivemos o privilégio de privar com ele - divulgar a sua obra única.

Era um prazer conversar com ele porque tinha sempre presente uma dualidade também revelada pela sua tese «a santidade e a sabedoria». Falava de coisas complexas de uma forma extremamente simples, era uma pessoa de enorme elegância que não se prendia com a forma como utilizava os talheres ou como dizia obrigado sempre. Evitava assuntos constrangedores, elogiava mais do que criticava, nunca usava um tom de voz que revelasse superioridade. Se calhar, por isso, era um dos poucos professores que usava como critério objetivo de avaliação, o comportamento e as boas maneiras dos alunos. O CDS-PP associa-se a este voto que hoje aqui foi lido, apesar de ficar sempre muito por dizer num voto ao Mário Cabral.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Embora o voto reflita já tudo o que consideramos sobre o professor Mário, sinto que devo falar porque foi meu professor, de muitos amigos e colegas da minha geração, e de outras depois de mim.

O professor Mário era efetivamente um homem marcante, distintíssimo e ilustre que escolheu viver em S. Mateus. Escolheu viver no concelho de Angra tendo capacidade, talento, sabedoria e inteligência para viver em qualquer lugar ou no melhor lugar do mundo. Escolheu Angra como o melhor lugar do mundo. Fez distribuir entre tantas gerações a sua sabedoria e conhecimento. Não sei bem como poderá ser gerido o seu rico património escrito mas seria bom que pudesse ser partilhado com este concelho.

Não sei se o poderei fazer mas, uma vez que estamos tão unidos e próximos neste reconhecimento, sugiro que a Câmara Municipal o possa distinguir com mérito porque, se alguém o merece neste concelho, é o professor Mário Cabral.

Não se registaram mais intervenções. Após votação, o Voto de Pesar pelo falecimento do professor Mário Cabral constante do Ponto 2.1 foi aprovado por unanimidade.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Penso desculpa por intervir neste momento mas chegou-me uma informação em tom de denúncia e preocupação. Quero aproveitar o facto de estarmos aqui reunidos para colocar uma questão ao senhor presidente da Câmara. A Câmara está a pagar um inquérito acerca das condições, da sua ampliação ou de alguma coisa relacionada com o jardim público? Chegou-nos uma denúncia de que estariam pessoas a receber telefonemas a propósito do jardim e no fim fazia-se uma pergunta muito clara: «Em quem é que vai votar nas próximas eleições?».

Muitas vezes chegam denúncias de situações que não são verdadeiras mas não queria deixar de passar a ocasião sem colocar a questão. Ponto nº 1: Está a correr algum inquérito acerca do que quer que seja relativo ao jardim público? Ponto nº 2: Se a resposta for afirmativa, pergunto quais são as questões colocadas e se alguma tem âmbito eleitoral.

Sr. presidente da Câmara – Manifesto a minha absoluta surpresa com essa questão. Da parte da Câmara não está a ser feito nada disso. Se alguém está a fazer uma sondagem não é a Câmara, com certeza, e muito menos com questões eleitorais. Está a decorrer uma obra no jardim mas não percebo o sentido de um inquérito sobre uma obra em curso. Não sei do que se trata e a Câmara é absolutamente alheia a essa questão.

Sr. presidente da Mesa – Resta-me agradecer aos senhores deputados municipais a colaboração que me deram ao longo dos últimos quatro anos e dizer que nem sempre fui totalmente justo nas decisões que tomei. Espero que compreendam que às vezes a idade nem sempre ajuda e creiam que tentei fazer sempre o melhor que sabia e podia.

Não consegui trazer a comunicação social a esta Assembleia. Lembro a referência do professor Manuel Conde a um artigo do jornal Diário Insular que dizia não ter sido convocado para fazer a cobertura dos trabalhos quando tínhamos a indicação clara dos *e-mails* trocados e é o próprio Diário Insular quem publica a Ordem do Dia destas sessões da Assembleia Municipal; quanto mais não fosse, por essa razão saberiam da data da reunião.

Pior do que isso, não posso deixar de apresentar aqui o meu protesto muito claro sobre o que foi escrito há dois ou três dias exatamente no Diário Insular por uma sumidade chamada Osvaldo Cabral: *«Estas autárquicas parece que ficarão na história como as menos discutidas e menos participadas. Não há grande pensamento autárquico porque também não há grande pensamento político na região. As chamadas elites políticas desta geração são medíocres e incapazes de motivar qualquer cidadão...»* Abstenho-me de ler o resto porque isto é abjeto.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Muito obrigado senhor presidente por esta oportunidade. Apesar de ser, no mínimo, indelicado para si o facto de eu pedir a palavra depois do presidente da Assembleia ter feito esta despedida perante os que, consigo trabalharam, devo dizer que sublinho e não posso deixar de concordar com o que acabou de transmitir.

Neste momento há um problema grave com a comunicação social e com os fazedores de opinião. Muitos não possuem nenhum percurso cívico, ainda menos académico, e alguns nem falar sabem. O Osvaldo Cabral é um exemplo mas na última página do Diário Insular tem havido outros desta terra com o mesmo tipo de postura que têm contribuindo para o desmerecimento do serviço público e do papel daqueles que foram eleitos para representarem os cidadãos.

Todos temos melhores e piores momentos, mais ou menos sucesso e, como em todas as linhas de atividade, alguns são mais e os outros menos capazes sem adjetivar quaisquer questões de seriedade. Não há aqui ninguém que deva ter a presunção de ser melhor do que ninguém.

Lastimo, condeno e repugna-me que outros que não possuam em casa um espelho para que possam ver o reflexo da sua própria imagem, por vezes andrajosa, não tenham tento na língua, na caneta ou no teclado do computador para se referirem àqueles que aqui estão e dedicam o seu tempo ao serviço público. Ninguém está a enriquecer aqui ou na ALR onde estou eu e a deputada Graça Silveira, por exemplo. Não é disso que se trata porque todos temos as nossas vidas e as nossas profissões.

Lastima-se que a comunicação social - que sistematicamente se ausenta dos trabalhos onde o povo se faz representar - opine acerca do que desconhece. Vive-se um momento em que não se pode criticar a comunicação social ou os jornalistas porque, aqui-d'el-rei, é um poder muito forte com o qual ninguém se quer incompatibilizar.

Julgo que há uma geração de jornalistas - e não são os mais novos - que não está a prestar um bom serviço à democracia nem à causa pública porque não separa o trigo do joio e toma sempre a parte pelo todo. Há partes boas, excelentes, menos boas e outras tantas más. Tomar a parte má pelo todo, é mau, condenável e repugnante.

Agradeço ao senhor presidente da Assembleia ter feito esta referência porque, muitas vezes, somos nós que não fazemos a pedagogia do bom serviço que todos tentamos fazer com as nossas diferenças e cada um à sua maneira como comecei hoje na minha primeira intervenção. Posso até referir mais nomes: o João Rocha fez um texto exatamente igual. Não concordo, nem me identifico nada com isso. Mais cedo ou mais tarde os órgãos eleitos pela população como esta Assembleia ou a Assembleia Legislativa Regional, poderão ter que tomar alguma posição pública de repulsa e condenação por este tipo de posturas antidemocráticas.

Sr. presidente da Câmara – Sim senhor. Uma boa intervenção.

*Terminados os trabalhos, o senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.*

Sr. presidente da Mesa – Continuação de uma boa tarde e muito obrigado pela vossa colaboração.

(Aplausos).

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 12h50m do dia 08 de setembro de 2017, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, o 1º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz